



Número: **1092747-29.2024.4.01.3400**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **14/11/2024**

Valor da causa: **R\$ 16.455.588,42**

Assuntos: **Multas e demais Sanções**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado		
EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A. (AUTOR)		MARCELO REINECKEN DE ARAUJO (ADVOGADO)		
AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL (REU)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
216027698 4	26/11/2024 17:24	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
216027788 7	26/11/2024 17:24	Doc. 01 - Apólice Seguro	Documento Comprobatório	Polo ativo
216027792 8	26/11/2024 17:24	Doc. 01.1 - Comprovação de registro da apólice na SUSEP	Documento Comprobatório	Polo ativo
216027795 2	26/11/2024 17:24	Doc. 01.2 - Certidão de regularidade da seguradora perante a SUSEP	Documento Comprobatório	Polo ativo
216027798 3	26/11/2024 17:24	Doc. 01.3 - Declaração de contratação de resseguro e regularidade da resseguradora	Documento Comprobatório	Polo ativo
216027800 7	26/11/2024 17:24	Doc. 02 - Endosso	Documento Comprobatório	Polo ativo
216027802 8	26/11/2024 17:24	Doc. 03 - Valor atualizado da multa	Documento Comprobatório	Polo ativo
216027805 4	26/11/2024 17:24	Doc. 04 - Registro do débito no cadastro de inadimplentes	Documento Comprobatório	Polo ativo
216027807 9	26/11/2024 17:24	Doc. 05 - Edital dos Leilões nº 3, 4 e 52024-ANEEL	Documento Comprobatório	Polo ativo



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 4ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

URGENTE!

Cadastro de Inadimplentes da ANEEL impede participação nos Leilões nº 3, 4 e 5/2024. Sessão de Lances em [06/12/2024](#). Apresentada garantia integral do débito. Necessária suspensão da multa para viabilizar a participação no certame.

Ref. Processo nº 1092747-29.2024.4.01.3400

A EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., por seus advogados, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, [para requerer a juntada da apólice do seguro garantia, como consequência, pleitear a imediata suspensão da exigibilidade da multa aplicada pela ANEEL, com base no art. 9º, inciso II, § 7º, da Lei 6.830/80, bem como no art. 300, § 1º do CPC/15](#), pelos fundamentos e razões de fato e de direito a seguir expostos:

I. GARANTIA PRESTADA DE FORMA ORIGINÁRIA, CORRESPONDENTE AO VALOR TOTAL DA MULTA APLICADA, PARA VIABILIZAR A TUTELA DE URGÊNCIA REQUERIDA

A Requerente apresenta a apólice de seguro garantia nº 04-0775-0456717, acompanhada do respectivo endosso (Docs. 01 e 02), emitidos por seguradora idônea, nos termos do art. 9º, inciso II, § 7º da Lei 6.830/80, em plena conformidade com os requisitos estabelecidos na [Portaria PGFN nº 41/2022](#), com o objetivo viabilizar a concessão da tutela de urgência requerida, assegurando o valor integral da multa aplicada pela ANEEL.

A apólice possui vigência de cinco anos e assegura o valor de R\$ 16.455.588,42, correspondente ao montante atualizado da multa em 31/10/2024 (Doc. 03). Nos termos das cláusulas 1.2 e 5.1 da apólice, o valor garantido será automaticamente atualizado a partir dessa data pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa, atualmente a taxa SELIC ou outro índice que venha a substituí-la, independentemente da apresentação de novo endosso.





Vale lembrar que o Seguro Garantia é expressamente reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro como mecanismo válido de garantia de débitos, em equiparação à penhora, conforme estabelecido no art. 9º, inciso II, da Lei 6.830/80. A Portaria PGF nº 41/2022, por sua vez, disciplina as condições de aceitação do seguro garantia para créditos federais no âmbito da Procuradoria-Geral Federal. Segundo o artigo 2º da Portaria, o Seguro Garantia pode ser aceito como forma de garantir débitos inscritos em dívida ativa ou discutidos judicialmente.

Além disso, a Portaria PGF nº 41/2022, em seu artigo 11, estabelece que o Seguro Garantia autoriza a emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-EN), o que reforça a aptidão da garantia para suspender os efeitos da cobrança da multa aplicada pela ANEEL, determinando-se que a ANEEL que não adote nenhuma medida coercitiva tendente à cobrança da multa, bem como obste a inscrição do nome da EDP no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN, ou qualquer outro cadastro de inadimplentes.

Nesse contexto, o oferecimento da garantia assegura a inexistência de risco à ANEEL, resguardando integralmente os interesses da Administração, enquanto permite à Requerente prosseguir em suas atividades sem os impactos prejudiciais da cobrança imediata da multa impugnada.

Com tal medida, evita-se o ajuizamento de execuções desnecessárias, que ficarão suspensas no Juízo executivo, uma vez que a Requerente já se antecipou ao trazer a discussão ao Judiciário por meio da presente Ação Anulatória que serve como sucedâneo dos Embargos à Execução, principalmente quando já apresentada a garantia integral do Juízo. Tais execuções, caso ajuizadas, apenas ocasionarão providências desnecessárias por parte do Poder Judiciário, uma vez que será a decisão final proferida nos presentes autos a definir a legalidade ou não da cobrança da penalidade ora questionada.

Tem-se, assim, que estando demonstrado que a garantia oferecida cobrirá a integralidade do suposto débito cuja execução se aproxima, não existe razão para denegar a tutela pretendida, conforme consolidado na jurisprudência do eg. STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA. DÉBITO NÃO TRIBUTÁRIO. MULTA. SEGURO GARANTIA. CAUÇÃO IDONÉA. OBSERVÂNCIA.

1. O seguro garantia e a fiança bancária, desde que suficientes para saldar o valor da dívida, constituem instrumentos idôneos de caução para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, vale dizer, da prática de qualquer ato executivo, pois garantem segurança e liquidez ao crédito do exequente, sem comprometer o capital do executado, produzindo os mesmos efeitos jurídicos que o dinheiro, nos termos do disposto nos art. 835, §2º, e 848, parágrafo único, do CPC/2015.

2. A ordem de preferência estabelecida no art. 835, I, do CPC/2015 e no art. 11, I, da Lei n. 6.830/1980 não exclui o direito do devedor de garantir o juízo de forma antecipada,





após o vencimento da sua obrigação e antes da execução, para o fim de suspender a cobrança da multa administrativa, a inscrição do seu nome no CADIN ou obter certidão positiva com efeito de negativa.

3. É inegável que o seguro garantia e a fiança bancária ganharam maior importância com a grave crise econômica decorrente da pandemia do COVID-19, porquanto equilibram o princípio da máxima eficácia da execução para o credor e o princípio da menor onerosidade para executado, constituindo instrumentos determinantes para a manutenção das atividades de muitas empresas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.915.046/RJ, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 28/6/2021, REPDJe de 27/08/2021, DJe de 1/7/2021.)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SEGURO-GARANTIA JUDICIAL. INDICAÇÃO. POSSIBILIDADE. EQUIPARAÇÃO A DINHEIRO. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE PARA O DEVEDOR E PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA DA EXECUÇÃO PARA O CREDOR. COMPATIBILIZAÇÃO. PROTEÇÃO ÀS DUAS PARTES DO PROCESSO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

2. O § 2º do art. 835 do CPC/2015, para fins de substituição da penhora, equiparou a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.

3. Em que pese a lei se referir a "substituição", que pressupõe a anterior penhora de outro bem, o seguro-garantia judicial produz os mesmos efeitos jurídicos que o dinheiro, seja para fins de garantir o juízo, seja para possibilitar a substituição de outro bem objeto de anterior penhora, não podendo o exequente rejeitar a indicação, salvo por insuficiência, defeito formal ou inidoneidade da salvaguarda oferecida.

4. O seguro-garantia judicial, espécie de seguro de danos, garante o pagamento de valor correspondente aos depósitos judiciais que o tomador (potencial devedor) necessite realizar no trâmite de processos judiciais, incluídas multas e indenizações. A cobertura terá efeito depois de transitada em julgado a decisão ou o acordo judicial favorável ao segurado (potencial credor de obrigação pecuniária sub judice) e sua vigência deverá vigorar até a extinção das obrigações do tomador (Circular SUSEP nº 477/2013).

[...]

6. Por serem automaticamente conversíveis em dinheiro ao final do feito executivo, a fiança bancária e o seguro-garantia judicial acarretam a harmonização entre o princípio da máxima eficácia da execução para o credor e o princípio da menor onerosidade para o executado, a aprimorar consideravelmente as bases do sistema de penhora judicial e a ordem de gradação legal de bens penhoráveis, conferindo maior proporcionalidade aos meios de satisfação do crédito ao exequente.

[...]

12. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.838.837/SP, relatora Ministra Nancy Andrichi, relator para acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 12/5/2020, DJe de 2

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CARTA DE FIANÇA. EXCLUSÃO DO ACRÉSCIMO DE 30% DO VALOR DA DÍVIDA PREVISTO NO ART. 656, § 2º, DO CPC/1973. INCIDÊNCIA SUBSIDIÁRIA ÀS EXECUÇÕES FISCAIS. ART. 9º, II, DA LEF. GARANTIA PRESTADA DE FORMA ORIGINÁRIA SOBRE O VALOR TOTAL DO CRÉDITO EXECUTADO. HIPÓTESE NÃO ENQUADRADA COMO SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA.





1. A controvérsia sub examine versa sobre a exigibilidade do acréscimo de 30% do valor da dívida exigido pelo art. 835, § 2º, do CPC/2015, no seguro- garantia apresentado pela parte devedora logo após a citação em Execução Fiscal.

[...]

3. **A hipótese concreta não é de substituição de penhora, mas de garantia inicial prestada em Execução Fiscal, logo após a citação da parte devedora, razão pela qual, em tese, não se aplicaria o art. 835, § 2º, do CPC/2015, já que este apenas estabelece a necessidade de acréscimo nos casos em que há substituição da penhora.**

4. Recurso Especial provido.

(REsp n. 1.841.110/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 26/11/2019, DJe de 19/12/2019.)

Adicionalmente, a Requerente apresenta o quadro abaixo, que evidencia o cumprimento integral dos requisitos estabelecidos pela Portaria PGF nº 41/2022. Tal demonstração reforça a inexistência de qualquer fundamento para a recusa do Seguro Garantia oferecido:

Portaria PGF nº 41/2022	Cumprimento da Exigência
Requisitos Gerais da Apólice (Art. 6º)	
1. Valor segurado igual ao montante original do crédito executado/discutido (Art. 6º, I)	ATENDIDO - Cláusula 1.2 da apólice
2. Previsão de atualização monetária automática pelos índices aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa (Art. 6º, II)	ATENDIDO - Cláusula 5.1 da apólice
3. Manutenção da vigência mesmo sem pagamento do prêmio pelo tomador e em renúncia aos termos do art. 763 do Código Civil e do art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; (Art. 6º, III)	ATENDIDO - Cláusula 3.3.1 da apólice
4. Renovação automática até adimplemento do crédito ou decisão judicial (Art. 6º, IV)	ATENDIDO - Cláusula 4.1 da apólice
5. Referência ao número do processo (Art. 6º, V)	ATENDIDO - Docs 01 e 02. Apólice e respectivo endosso.
6. Vigência mínima de 2 anos (Art. 6º, VI)	ATENDIDO - Frontispício indica vigência de 18/11/2024 a 18/11/2029 (5 anos)
7. Caracterização das situações de sinistro conforme Art. 9º (Art. 6º, VII)	ATENDIDO - Cláusula 6.2 da apólice
8. Endereço da seguradora (Art. 6º, VIII)	ATENDIDO - Frontispício indica endereço completo
9. Cláusula de eleição de foro na Justiça Federal. Deve ser afastada cláusula compromissória de arbitragem (Art. 6º, IX)	ATENDIDO - Cláusula 11.1 da apólice
10. Ausência de cláusulas de desobrigação por atos exclusivos do tomador ou seguradora (Art. 6º, §1º)	ATENDIDO - Cláusula 2.1 da apólice





Portaria PGF nº 41/2022	Cumprimento da Exigência
Documentação Necessária (Art. 7º)	
11. Apólice do seguro garantia ou cópia da apólice digital (Art. 7º, I)	ATENDIDO. Doc. 01
12. Comprovação de registro da apólice na SUSEP (Art. 7º, II)	ATENDIDO. Doc. 01.1
13. Certidão de regularidade da seguradora perante a SUSEP (Art. 7º, III)	ATENDIDO. Doc. 01.2
Requisitos Específicos para Valores Elevados (Art. 8º)	
14. Para valores acima de R\$ 10 milhões: contratação de resseguro (Art. 8º, caput)	ATENDIDO. Doc. 01.3
Requisitos para Caracterização do Sinistro (Art. 9º)	
15. Previsão de sinistro por não pagamento quando determinado pelo juiz (Art. 9º, I)	ATENDIDO - Cláusula 6.2, alínea 'a' da apólice
16. Previsão de sinistro por não renovação do seguro até 60 dias antes do fim da vigência (Art. 9º, II) <i>§ 3º Na hipótese do inciso II, a caracterização do sinistro poderá ser afastada caso apólice esteja enquadrada no inciso IV do art. 6º.</i>	ATENDIDO - Cláusula 6.2, alínea 'b' da apólice

Ante o exposto, considerando que o seguro-garantia apresentado cobre integralmente o valor da multa aplicada (Doc. 03), requer-se a concessão de **antecipação de tutela, inaudita altera parte**, para determinar: (i) a imediata suspensão da exigibilidade da multa aplicada pela ANEEL à EDP; (ii) que a ANEEL se abstenha de adotar qualquer medida coercitiva relacionada à cobrança da multa, incluindo a inscrição da Requerente no sistema de inadimplentes da ANEEL e no CADIN; (iii) a autorização para emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, resguardando a continuidade das atividades da Requerente.

II. DA URGÊNCIA NA SUSPENSÃO DO DÉBITO E DOS GRAVES PREJUÍZOS DECORRENTES DA INCLUSÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES DA ANEEL

Nessa oportunidade, a Requerente registra que o débito em discussão neste processo já consta no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL, como evidenciado na certidão anexa (Doc. 04). Essa inclusão, como já mencionado na petição inicial, gera consequências severas que comprometem a operação da Requerente, situação justifica a urgente concessão da tutela de urgência para suspender os efeitos do débito mediante a garantia já apresentada.





Adicionalmente, é importante esclarecer que a certidão de débitos emitida pela ANEEL contém, além do débito questionado neste processo, outro débito atualmente em discussão. A Requerente informa que já está adotando as medidas cabíveis para buscar a suspensão desse outro débito, o que deverá ocorrer em breve.

Assim, a existência desse débito adicional no cadastro não deve, sob nenhuma hipótese, impedir a suspensão imediata do débito objeto deste processo, uma vez que a garantia apresentada assegura integralmente a exigibilidade deste.

Mais especificamente, vale mencionar que nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 917/2021, a inclusão no Cadastro de Inadimplentes impede a Requerente de:

- Receber recursos e garantias da União e de suas entidades, conforme artigo 6º da Lei nº 8.631/1993;
- Participar de leilões de compra de energia, requisito essencial para garantir a continuidade do suprimento e a competitividade da empresa no mercado, como exigido pela Resolução Normativa ANEEL nº 917/2021;
- Receber repasses de recursos do setor elétrico, incluindo os provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Reserva Global de Reversão (RGR), conforme o item 5.2 do Manual de Controle e Prestação de Contas do PRORET.

Essas restrições configuram entraves insuperáveis à operação regular da Requerente, especialmente considerando a proximidade de datas, como o repasse de recursos da CDE em 13 de dezembro e os Leilões nº 3, 4 e 5/2024-ANEEL, para os quais a conformidade da adimplência deve ser comprovada até 06 de dezembro.

A respeito dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024-ANEEL (Doc. 05), o edital estabelece expressamente no item 2.1.1.1 que “A *COMPRADORA* deverá estar adimplente quanto às obrigações setoriais de que trata a Resolução Normativa ANEEL nº 917, de 23 de fevereiro de 2021”. Esta condição é reforçada no item 11.10, que determina que “A *PROPONENTE* deverá estar adimplente em relação às obrigações setoriais de que trata a Resolução Normativa ANEEL nº 917, de 23 de fevereiro de 2021”.

Conforme o cronograma estabelecido na Seção 17 do edital, as **SESSÕES DOS LEILÕES** ocorrerão no dia 06 de dezembro de 2024, sendo esta a data crítica para a comprovação da adimplência setorial. Isto porque, segundo o item 2.1.1.2, “A *adimplência setorial* será verificada pela ANEEL posteriormente à realização dos **LEILÕES**, na fase de **HABILITAÇÃO**”. O item 11.11 estabelece que a análise da documentação de **HABILITAÇÃO**





será disponibilizada no SITE DA ANEEL juntamente com a cópia do Despacho publicado no DOU, contendo a relação das PROPONENTES habilitadas e inabilitadas.

A documentação de habilitação, incluindo a comprovação de regularidade setorial, deve ser entregue em conformidade com o cronograma da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o que pressupõe que a empresa esteja com sua situação regularizada até o **dia 06 dezembro de 2024** para participar efetivamente do leilão.

Isso porque, mesmo que a verificação formal da adimplência ocorra na fase posterior de habilitação prevista para o dia 13 de dezembro, a participação efetiva no certame pressupõe o atendimento a todos os requisitos do edital já no momento da sessão pública. Vale ressaltar que o item 4.2.3.3 do edital prevê que *“No caso de ocorrência de fato que inabilite alguma PROPONENTE de participar dos LEILÕES, a senha de acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO será automaticamente bloqueada”*, o que poderia impedir a própria participação da empresa no certame.

Adicionalmente, caso a situação de inadimplência não seja regularizada até a data do leilão, a empresa poderá ser impedida de participar do certame ou, mesmo que participe, poderá ser inabilitada posteriormente.

Ademais, a inadimplência intrassetorial inviabiliza a revisão e o reajuste tarifário, como disposto no artigo 10 da Lei nº 8.631/1993, ampliando os prejuízos financeiros e comprometendo a sustentabilidade da empresa.

Portanto, está demonstrada a urgência no pedido de suspensão da multa questionada neste processo, tendo em vista que a inclusão do débito correspondente no Cadastro de Inadimplentes compromete diretamente a capacidade da Requerente de atender às obrigações regulatórias impostas pelo contrato de concessão e pela legislação setorial.

III. NECESSÁRIOS ESCLARECIMENTOS SOBRE OS PARÂMETROS CONSIDERADOS PELA R. DECISÃO

O objetivo principal desta manifestação é viabilizar a concessão da tutela de urgência requerida, mediante a apresentação de garantia integral do valor da multa aplicada pela ANEEL. Tal medida, nos termos da jurisprudência consolidada do STJ mencionada anteriormente, é suficiente para impedir a adoção de medidas coercitivas relacionadas à cobrança da multa, incluindo a inscrição do nome da EDP no sistema de





inadimplentes da ANEEL e no CADIN, além de viabilizar a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa.

Ainda assim, a Requerente entende ser pertinente apresentar também considerações acerca dos fundamentos adotados pela decisão de id. 2158897425 para indeferir o pedido de tutela de urgência.

III.1 - TRECHOS DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO AUTO DE INFRAÇÃO CONSIDERADOS PELA R. DECISÃO - AUSÊNCIA DE PARÂMETROS CLAROS E OBJETIVOS

O indeferimento da tutela baseou-se na análise da probabilidade do direito alegado e no suposto descumprimento parcial da Cláusula Quinta do Contrato de Concessão nº 202/98-ANEEL, bem como do artigo 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021. Além disso, a r. decisão transcreveu trechos da exposição de motivos do Auto de Infração, encampando os dados nele citados, sem considerar que tais informações foram exaustivamente confrontadas na petição inicial.

O trecho da exposição de motivos do auto de infração lavrado pela ANEEL considerado para se chegar à conclusão de que houve descumprimento de cláusula contratual, compara isoladamente 03 aspectos: (i) médias nacionais de restabelecimento de energia; (ii) Crescimento do tempo de interrupções superiores a 24 horas; (iii) Aumento no Número de Unidades Consumidoras Prejudicadas com Interrupções Superiores a 24 Horas.

Ao assim decidir, sempre com as mais cordiais e respeitosas vênias ao r. Juízo prolator da decisão, cumpre apontar que não foram observados os seguintes aspectos:

✓ Comparação com médias nacionais de restabelecimento de energia

A decisão de indeferimento do pedido de tutela de urgência considerou o trecho da exposição de motivos do auto de infração lavrado pela ANEEL, com a informação de que nos anos de 2022 e 2023 o tempo médio de restabelecimento das interrupções da EDP foi superior à média nacional, sugerindo esse dado seria suficiente para caracterizar o descumprimento do contrato de concessão.

Em primeiro lugar, cabe destacar que o tempo médio de restabelecimento não é um indicador regulatório sancionável nos termos da [Resolução Normativa ANEEL nº 846/2019](#), que estabelece o **DEC** (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o **FEC** (Frequência Equivalente de Interrupção por [Unidade Consumidora](#)) [como parâmetros oficiais para aferir a qualidade do serviço](#).





Os indicadores globais de continuidade, DEC e FEC, regulamentados no art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, foram plenamente atendidos pela Requerente, conforme demonstrado nos documentos anexos à inicial (Docs. 12 e 13, ids. 2158415735 e 2158415754), inclusive com desempenho superior ao de outras concessionárias no estado de São Paulo, como evidenciado no Ranking de Desempenho Global de Continuidade (DGC), constante do Doc. 14 da petição inicial, id. 2158415768.

Esses indicadores foram projetados para medir de maneira objetiva e uniforme a qualidade da distribuição de energia, sendo os únicos reconhecidos para a avaliação do cumprimento do contrato de concessão.

Assim se a Resolução Normativa ANEEL nº 846/2019, que regula o exercício do poder sancionador da Agência, não contempla o tempo médio de restabelecimento como parâmetro de avaliação da continuidade do serviço. Esse dado não reflete a integralidade da prestação de serviços e, para fins de aplicação de penalidade, deveria ter sido considerado em conjunto com os demais indicadores, o que não ocorreu.

Em segundo lugar, tal parâmetro também não possui previsão normativa ou contratual como baliza para aferição de "serviço adequado". A Cláusula Quinta do Contrato de Concessão nº 202/98-ANEEL estabelece a obrigação de eficiência e continuidade do serviço, mas não define índices específicos relacionados ao tempo médio de restabelecimento.

Em terceiro lugar, tampouco há qualquer previsão de que o desempenho de uma distribuidora deva ser comparado à média nacional para justificar a aplicação de sanção.

A ANEEL, enquanto agência reguladora, detém a prerrogativa de estabelecer critérios claros e objetivos para a avaliação do desempenho das distribuidoras. No entanto, **não há qualquer regulamentação indicando qual seria o percentual de tempo de restabelecimento considerado razoável para qualificar a prestação do serviço como adequada ou inadequada.**

A lacuna normativa compromete a legitimidade da análise, já que comparar o desempenho da Requerente exclusivamente com a média nacional não constitui um critério técnico válido. Essa comparação, desprovida de um limite normativo previamente estabelecido, abre margem para interpretações subjetivas e arbitrárias, em violação aos princípios da legalidade, tipicidade e segurança jurídica, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.





O fato de o tempo médio de restabelecimento da Requerente estar acima da média nacional em 2022 e 2023 não implica, necessariamente, inadequação na prestação do serviço por ela prestado. Inclusive, a média nacional pode não significar sinônimo de excelência, tampouco representa um parâmetro de desempenho ideal.

A análise apresentada desconsidera que a média nacional reflete a performance agregada de todas as concessionárias, incluindo aquelas que operam em condições muito diferentes, como em regiões com menor densidade populacional ou baixa incidência de eventos climáticos severos. A comparação direta desconsidera a complexidade da área de concessão da Requerente, caracterizada por fatores adversos detalhados no Relatório de Fiscalização e no Plano de Continuidade (Doc. 06 e Doc. 15, da petição inicial, id. 2158415664 e 2158415778).

A substituição dos indicadores **DEC** e **FEC**, estabelecidos pela Resolução Normativa nº 1.000/2021, que são os únicos parâmetros oficiais reconhecidos pela ANEEL para medir a continuidade e qualidade do serviço, por médias nacionais não normatizadas compromete a objetividade e a previsibilidade do processo fiscalizatório, violando o art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que exige critérios claros e motivação congruente nos atos administrativos.

A utilização de parâmetros não regulamentados como base sancionatória gera insegurança jurídica (art. 24 da LINDB) além de comprometer a relação entre regulador e regulado e ferir o princípio da confiança legítima, protegido pelo art. 5º, XXXVI, da Constituição.

✓ **Crescimento do tempo de interrupções superiores a 24 horas**

Outro critério considerado pela ANEEL e encampado pela r. decisão de indeferimento do pedido de tutela de urgência está relacionado com o aumento de interrupções superiores a 24 horas, de 5,10% em 2022 para 12,59% em 2023, utilizando esse índice para justificar a aplicação da multa.

O limite de 24 horas também foi utilizado arbitrariamente pela ANEEL como parâmetro de fiscalização, sem qualquer respaldo normativo ou contratual, uma vez que não é um indicador regulamentado para medir a qualidade da prestação do serviço.

A própria Agência reconheceu a **ausência de previsão normativa específica** para tal índice (Doc. 09 da petição inicial, id. 2158415702), admitindo tratar-se de um critério discricionário da fiscalização, o que reforça a inexistência de base normativa para sua aplicação.





Também não se extrai da Cláusula Quinta citada na r. decisão, que exige a prestação de serviços "regulares, contínuos e eficientes", qualquer referência ao limite de 24 horas como critério de conformidade. Utilizar esse parâmetro como justificativa para a aplicação de sanção extrapola o alcance contratual e normativo, configurando abuso do poder sancionador.

O art. 50 da Lei nº 9.784/1999 exige que a Administração demonstre de forma explícita a subsunção dos fatos aos critérios normativos, de modo que a adoção de um **parâmetro subjetivo sem respaldo normativo** viola o dever de motivação, gerando um ato administrativo nulo de pleno direito.

Nesse quesito, considerou-se novamente uma comparação restrita a dois anos (2022 e 2023), ignorando a análise de séries históricas mais amplas, que poderiam oferecer um panorama mais consistente do desempenho da Requerente. A ausência de um marco normativo para delimitar o que seria um "percentual aceitável" para esse aumento reforça a arbitrariedade da análise.

Mesmo admitindo o crescimento percentual indicado, não há qualquer indicativo de que o aumento de 5,10% para 12,59% seja significativo a ponto de caracterizar uma deficiência no serviço. É indispensável considerar outros fatores, como a gravidade dos eventos que causaram essas interrupções e as condições de operação da distribuidora no período analisado.

Principalmente, o parâmetro utilizado pela ANEEL para fundamentar a multa desconsiderou completamente o cumprimento integral dos indicadores DEC e FEC e os investimentos realizados pela Requerente para mitigar os impactos das interrupções. Uma avaliação sistêmica deve levar em conta não apenas o crescimento percentual de um único parâmetro isolado, mas também o Relatório Anual de Desempenho (Doc. 14, id. 2158415768.) segundo o qual a Requerente manteve altos padrões de qualidade em outros indicadores, superando inclusive distribuidoras de regiões menos sujeitas a eventos climáticos adversos.

A imposição de penalidade com base em critérios não regulamentados, desprovidos de parâmetros objetivos e adotado de forma descontextualizada, viola o princípio da **proporcionalidade** e também desrespeita o art. 50 da Lei nº 9.784/1999, ao não apresentar justificativa detalhada e consistente para a escolha do parâmetro utilizado.

- ✓ **Aumento no Número de Unidades Consumidoras Prejudicadas com Interrupções Superiores a 24 Horas**





O terceiro e último o trecho da exposição de motivos do auto de infração lavrado pela ANEEL, considerado para o indeferimento da tutela de urgência, está relacionado com o aumento do número de unidades consumidoras afetadas por interrupções superiores a 24 horas em 2023.

Esse critério não consta na Cláusula Quinta do Contrato de Concessão nº 202/98, e não foi regulamentado pelo art. 4º da Resolução Normativa nº 1.000/2021, motivo pelo qual inexistem valores ou limites para o número de consumidores afetados por interrupções prolongadas.

Ainda que o número de consumidores afetados em 2023 tenha sido o maior dos últimos quatro anos, a decisão não apresenta qualquer referência normativa para justificar que esse aumento, por si só, caracteriza inadequação no serviço. A falta de uma base comparativa com indicadores regulados, como o DEC e o FEC, compromete a validade técnica da análise.

A utilização de um critério não regulamentado para fundamentar a penalidade, que adota parâmetro puramente comparativo entre anos, sem contextualizar as causas específicas de cada período, viola igualmente os princípios da legalidade e da segurança jurídica previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, além de configurar desvio de finalidade no exercício do poder sancionador, violando o art. 50 da Lei nº 9.784/1999.

III.2 - SUPOSTO CUMPRIMENTO PARCIAL DO CONTRATO

A r. decisão menciona que o cumprimento de parte das obrigações contratuais não isentaria a Requerente da aplicação de multa pelo descumprimento parcial.

No entanto, tendo em vista que os critérios utilizados para caracterizar o suposto descumprimento sequer estão expressos no contrato ou na regulamentação aplicável, o que a Requerente defende é que inexistem elementos concretos para se apontar qualquer descumprimento contratual. Ou seja, não se trata de "cumprimento parcial", mas de **cumprimento integral dos parâmetros exigidos pelo contrato e pela regulação vigente** (DEC e FEC).

Ademais, a Cláusula Quinta do Contrato de Concessão exige que a concessionária preste um serviço regular, contínuo, eficiente e seguro. Para verificar o cumprimento dessas obrigações, a ANEEL regulamentou indicadores específicos, como o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), previstos no art. 4º da Resolução Normativa nº





1.000/2021. Esses indicadores foram cumpridos integralmente pela Requerente, conforme demonstrado na petição inicial e nos documentos anexos (Docs. 12 e 13, ids. 2158415735 e 2158415754).

Dessa forma, tendo em vista que a Cláusula Quinta estabelece obrigações amplas e genéricas, a sua interpretação deve ser vinculada aos parâmetros regulamentados, sob pena de caracterizar arbitrariedade e violação aos princípios da boa-fé e da segurança jurídica.

III.3 - DOSIMETRIA E PARÂMETROS UTILIZADOS

A decisão sustenta que os critérios para dosimetria da multa foram devidamente estabelecidos, com base em normas como a Resolução Normativa nº 846/2019 e na Receita Operacional Líquida (ROL) da Requerente.

Embora os critérios de dosimetria estejam formalmente previstos, a alegação de falta de parâmetros está relacionada com a base utilizada pela ANEEL para aferição do descumprimento do contrato passível de aplicação de penalidade. Isto é, sempre com as mais respeitadas vênias, nesse ponto a r. decisão confundiu a alegação sobre a falta de parâmetros normativos sancionatórios com os critérios de dosimetria da penalidade.

A Requerente não questiona a existência de critérios de dosimetria, mas sim a inadequação dos parâmetros utilizados para fundamentar a caracterização da infração. A gradação da sanção, ainda que dentro das balizas da legislação setorial, deve respeitar os limites da tipicidade e da proporcionalidade, o que não ocorreu no presente caso.

Assim, embora a Resolução Normativa nº 846/2019 preveja regras para a gradação de multas, como a utilização da Receita Operacional Líquida (ROL) para definição do valor da penalidade, **isso não resolve o vício inicial da ausência de critérios normativos que legitimem a aferição do suposto descumprimento contratual**. O que se busca demonstrar é que quando o administrado exerce regularmente suas atividades com base nas normas vigentes e é posteriormente penalizado por parâmetros que sequer existiam, cria-se um ambiente de incerteza normativa, onde a boa-fé e a segurança jurídica ficam comprometidas.

Nesse ponto a r. decisão transcreve também a decisão da diretoria da ANEEL, no sentido de que o poder discricionário conferido pela Resolução Normativa nº 846/2019 autoriza a dosagem das penalidades. No entanto, a discricionariedade administrativa não





pode ser confundida com arbitrariedade. O exercício desse poder deve estar vinculado a critérios normativos claros e objetivos, o que não ocorreu neste caso.

Por fim, a r. decisão também cita passagem da decisão da ANEEL a respeito de critério para justificar a dosimetria da multa, tratando-o como critério probatório do descumprimento contratual.

Ao considerar correta conclusão da ANEEL pela aplicação do percentual máximo de 100% no critério “gravidade”, a r. decisão não observou que a exposição de motivos do auto de infração, mantida pela decisão da diretoria da Aneel (Doc. 09, id 2158415702), aponta que os tempos excessivos de interrupção de energia elétrica “poderiam” (expressão que caracteriza possibilidade e não certeza) causar riscos de impactos socioeconômicos, sem apresentar qualquer metodologia, estudo técnico ou parâmetro normativo para mensurar a extensão ou a gravidade desses supostos prejuízos. Não se pode presumir a gravidade de uma infração com base em hipóteses genéricas, desconsiderando dados concretos e as especificidades do caso.

E mais, a r. decisão também não observou que a ANEEL ignorou por completo o fato de que a Requerente adotou medidas eficazes para mitigar eventuais impactos causados pelas interrupções, como:

- Pagamento de mais de **R\$ 10,2 milhões em compensações automáticas** aos consumidores afetados, conforme previsto no Módulo 8 do PRODIST (Doc. 22, id. 2158415922)
- Ressarcimento de **R\$ 2,8 milhões por danos elétricos**, demonstrando comprometimento com a reparação de prejuízos concretos causados aos consumidores (Doc. 21, id. 2158415905).

Tais ações mitigaram substancialmente os impactos das interrupções, mas foram ignoradas na dosimetria. Além disso, os dados acima evidenciam que, mesmo diante de condições adversas, como eventos climáticos extremos documentados no Relatório Técnico (Docs. 06 e 15 petição inicial, id. 2158415664 e 2158415778), a Requerente cumpriu suas obrigações regulatórias e promoveu a reparação adequada, afastando qualquer alegação de impacto irreparável.





IV. DO PEDIDO

Considerando o oferecimento de garantia idônea e visando prevenir os graves e iminentes prejuízos que comprometem a operação da Requerente, requer-se o deferimento da tutela de urgência pleiteada para:

- i) nos termos dos artigos 300, § 1º, do CPC/15, art. 9º, inciso II, § 7º da Lei 6.830/80, determinar a suspensão da exigibilidade da multa aplicada pela ANEEL à EDP SP no Proc. 48500.000647/2024- 11, por meio do Auto de Infração nº 19/2024;
- ii) determinar a intimação da ANEEL, para que se abstenha de adotar qualquer medida coercitiva para a cobrança da multa, determinando-se a imediata suspensão dos efeitos da inscrição da Requerente no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL, bem com inscrições em Dívida Ativa ou no CADIN;
- iii) garantir à Requerente a emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, enquanto o débito permanecer garantido.

Requer-se, ainda, na remota hipótese de este Juízo entender que algum elemento essencial esteja ausente para que a apólice apresentada seja aceita como garantia apta à suspensão da exigibilidade do débito, que seja previamente concedido prazo para a regularização dos eventuais apontamentos, assegurando-se ao Requerente a oportunidade de complementação ou adequação, conforme necessário.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 26 de novembro de 2024

Fabio Henrique Di Lallo Dias
OAB/SP nº 247.030

Marcelo Reinecken de Araújo
OAB/DF nº 14.874

Renata Andréa Joner Parry
OAB/DF nº 26.963

Clarissa Pires de Araujo
OAB/RJ nº 216.100

Relação de Documentos

- Doc. 01 - Apólice digital do seguro garantia
- Doc. 01.1 - Comprovação de registro da apólice na SUSEP
- Doc. 01.2 - Certidão de regularidade da seguradora perante a SUSEP
- Doc. 01.3 - Declaração de contratação de resseguro e regularidade da resseguradora.
- Doc. 02 - Endosso
- Doc. 03 - Valor atualizado da multa.
- Doc. 04 - Registro do débito no cadastro de inadimplentes.
- Doc. 05 - Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024-ANEEL



Doc. 01



APÓLICE DIGITAL

junto
SEGUROS



A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (<https://www.gov.br/susep>) ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - CEP 80410-201 - Curitiba - PR

Data de Emissão: 18/11/2024 18:02:01

Nº Apólice Seguro Garantia: 04-0775-0456717

Proposta: 4911174

Controle Interno (Código Controle): 981185923

Nº de Registro SUSEP: 054362024000407750456717

DADOS DO SEGURADO: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL

CPF/CNPJ: 02.270.669/0001-29 SETOR DE GRANDES AREAS NORTE QUADRA 603, MODULO J ASA NORTE - CEP: 70.830-030 - BRASILIA - DF

DADOS DO TOMADOR: EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.

CPF/CNPJ: 02.302.100/0001-06 R GOMES DE CARVALHO 1996, AND 9, VL OLIMPIA - CEP: 04.547-006 - SAO PAULO - SP

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.202168-8 INTER CORRETORA DE SEGUROS LTDA *FILIAL *

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP
Brasil
Assinado digitalmente por:
Roque Jr. de H. Melo

ICP
Brasil
Assinado digitalmente por:
Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 47312402203ECBD2 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 009F1E58A664DE5F543AD0

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep, poderão ser consultadas no site <https://www.gov.br/susep/pt-br> de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site <https://www.gov.br/susep/pt-br>. Este produto está protocolado através do Nº de Processo SUSEP 15414.636371/2022-53 e nº 15414.636374/2022-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.8484. Central de Atendimento: 0800.704. 0301, deficiente auditivo 0800.742.6060, Ouvidoria: 0800.643.0301, <http://www.consumidor.gov.br>.





N° Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0456717**
Proposta: **4911174**
Controle Interno (Código Controle): **981185923**
N° de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Ramo
Judicial para Execução Fiscal	R\$ 16.455.588,42	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Limite Máximo de Indenização (LMI)	Vigência	
		Início	Término
Judicial para Execução Fiscal	R\$ 16.455.588,42	18/11/2024	18/11/2029

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Judicial para Execução Fiscal	R\$ 205.807,56
Adicional de Fracionamento	R\$ 0,00
I.O.F	R\$ 0,00
Prêmio Total	R\$ 205.807,56

Condições de Pagamento:	Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
	1	18/12/2024	23357195	R\$ 205.807,56

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica. O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0456717**
Proposta: **4911174**
Controle Interno (Código Controle): **981185923**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados, garante o pagamento de valores que o Tomador deixe de realizar nos autos da Ação Anulatória a ser movida em face da AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL, para discussão dos supostos créditos originados do Processo Administrativo nº 48500.000647/2024-11 e Auto de Infração e Imposição de Multa nº 0019/2024-SFT.

A presente Apólice assegura o valor total do débito, assim como seus encargos e acréscimos legais, limitado ao valor do LMG, devidamente atualizados pelo índice legal aplicável aos débitos inscritos em dívida ativa da União.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0456717**
Proposta: **4911174**
Controle Interno (Código Controle): **981185923**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



CONDIÇÕES CONTRATUAIS

EXECUÇÃO FISCAL – PROCURADORIA GERAL FEDERAL DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante Indenização pelos pagamentos de valores que o Tomador necessite realizar no trâmite do processo judicial fiscal indicado no objeto da garantia.

1.2. Uma vez apresentada a Apólice em Juízo, fica garantida a Indenização ao Segurado, limitada ao LMG, correspondente ao montante original do débito executado com os encargos e acréscimos legais, devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa ou qualquer outro índice que legalmente vier a substituí-lo, quando do não pagamento pelo Tomador do valor executado e mediante determinação judicial à Seguradora, nos termos da Lei n.º 6.830/1980 e da Portaria PGF n.º 41/2022.

2. AUSÊNCIA DE DESOBRIGAÇÃO

2.1. Está Apólice não contém cláusula de desobrigação decorrente de atos de responsabilidade exclusiva do Tomador, da Seguradora ou de ambos.

3. VIGÊNCIA E PAGAMENTO DO PRÊMIO

3.1. A Vigência da Apólice corresponde ao prazo estabelecido em seu frontispício, observadas as condições do item “4. Renovação e Alterações da Apólice”.

3.2. A Apólice permanece vigente na hipótese de o Tomador aderir ao parcelamento administrativo dos débitos garantidos, enquanto o parcelamento não for integralmente cumprido.

3.3. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente à Apólice, assim como de todos seus Endossos.

3.3.1. Fica entendido e acordado que a presente Apólice permanecerá vigente, mesmo quando o Tomador não houver pago o Prêmio nas datas convencionadas, renunciando a Seguradora ao disposto no art. 763 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e do art. 12 do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966.

3.4. Não caberá qualquer devolução de Prêmio na hipótese de a Seguradora efetuar o pagamento da Indenização, ou quando do encerramento de sua Vigência.

3.5. Exceto nas hipóteses de extinção da garantia pelo término de Vigência ou pelo pagamento da Indenização, caberá devolução Pro-rata-die do Prêmio pago em caso de cancelamento desta Apólice, de modo que a Seguradora terá o direito de reter ou cobrar do Tomador, pelo menos, a quantia estabelecida a título de Prêmio Mínimo.

3.6. A eventual devolução Pro-rata-die do Prêmio pago, será atualizada mediante aplicação do IPCA, ou índice que lhe venha a substituir, da data de recebimento da solicitação de cancelamento realizada pelo Tomador, devidamente acompanhada de documentação que comprove a inexistência de risco a ser coberto, até a data de desembolso pela Seguradora.

3.6.1. Caso as informações bancárias para a restituição não sejam disponibilizadas pelo responsável ou estejam incorretas, o prazo estipulado nesta cláusula será reiniciado, a contar da data do envio dos dados corretos.

3.7. Quando do cancelamento da Apólice, ou em caso de pagamento de Indenização, a Seguradora poderá realizar a emissão de Endosso de atualização monetária prevista no item 5 para viabilizar a cobrança de Prêmio relativa à atualização monetária aplicável desde o último Endosso até a data de comprovação da extinção do risco, ou pagamento da Indenização.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0456717**
Proposta: **4911174**
Controle Interno (Código Controle): **981185923**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



4. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA E ALTERAÇÕES DA APÓLICE

4.1. Esta Apólice, enquanto garantia do Juízo, permanecerá válida enquanto houver risco a ser coberto e/ou não for substituída por outra garantia devidamente aceita pelo Juízo, independentemente da apresentação pelo Tomador do respectivo Endosso ou nova Apólice, com a prorrogação formal do seu prazo de Vigência.

4.1.1. Para tanto, a Seguradora fica desde já autorizada pelo Tomador a proceder a emissão de nova Apólice ou Endosso(s) para renovação da garantia, até o término do Processo Garantido, tantas vezes quantas forem necessárias.

4.1.2. Sem prejuízo da obrigação constante do item 4.1 e 4.1.1, quando do final do prazo de Vigência da Apólice, a Seguradora poderá solicitar ao Tomador a substituição desta Apólice por outra garantia idônea.

4.2. Não havendo a substituição da Apólice por outra garantia devidamente aceita pelo Juízo, a Seguradora se resguarda o direito, ficando desde já autorizada pelo Tomador, de proceder à:

- I. renovação da garantia, conforme condições comerciais estabelecidas pela Seguradora; ou
- II. liquidação do contrato de seguro, mediante depósito judicial da obrigação garantida, e imediato direito de sub-rogação.

5. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA

5.1. Fica assegurada a atualização automática do Limite Máximo de Garantia pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa, no caso, SELIC ou outro índice que legalmente o vier a substituir, independentemente da apresentação do Endosso no Processo Garantido.

5.2. A Seguradora fica desde já autorizada pelo Tomador a proceder à emissão de Endosso(s) ou nova Apólice, tantas vezes quantas forem necessárias, com a finalidade de formalizar a atualização monetária do LMG observado índice legais aplicáveis aos créditos inscritos em dívida ativa, cabendo ao Tomador o pagamento do Prêmio correspondente, sem que isto afete o direito do Segurado.

6. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO

6.1. Reclamação de Sinistro: a Reclamação de Sinistro restará formalizada quando da intimação judicial da Seguradora para pagamento da dívida executada, nos termos do art. 19, da Lei n.º 6.830/1980.

6.2. Caracterização do Sinistro: o Sinistro restará caracterizado, com o não pagamento pelo Tomador do valor determinado pelo Juízo, quando da ocorrência de um dos fatos abaixo:

- a) com o trânsito em julgado da decisão que reconhecer o débito e com o não pagamento pelo Tomador do valor executado, quando determinado pelo Juízo, nos termos do §7º do art. 9º da Lei n.º 6.830/1980;
- b) com o não cumprimento da obrigação de, até 60 (sessenta) dias antes do fim da vigência da Apólice, renovar o Seguro garantia, depositar o valor da garantia em dinheiro, ou apresentar nova Apólice de Seguro garantia e/ou fiança bancária que atendam aos requisitos da Portaria PGF nº 41/2022.

6.2.1. A Caracterização do Sinistro prevista na alínea (b) deste item será afastada caso a Apólice esteja enquadrada na hipótese de renovação automática descrita no item 4, acima.

7. INDENIZAÇÃO

7.1. Intimada pelo Juízo, a Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento dos valores a que se obrigou na Apólice. Caso assim não o faça, contra ela seguirá a execução nos próprios autos do processo fiscal em curso, nos termos do art. 19, inciso II da Lei n.º 6.830/1980.

7.1.1. A atualização monetária do valor de Indenização será efetuada com base na variação do índice legal aplicável aos créditos inscritos em dívida ativa, apurado entre a data da última atualização da Apólice ou Endosso, e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0456717**
Proposta: **4911174**
Controle Interno (Código Controle): **981185923**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



7.1.2. Para fins de apuração do valor da Indenização, será considerado o valor da determinação judicial, que não tenha sido paga pelo Tomador dentro do prazo determinado pelo Juízo, limitado ao valor do LMG atualizado monetariamente, conforme item 7.1.1. acima.

8. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO

8.1. O contrato de seguro restará extinto, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:

- a) quando houver decisão definitiva transitada em julgado favorável ao Tomador;
- b) com o pagamento da indenização ao Segurado;
- c) com a substituição da Apólice por outra garantia suficiente, idônea e devidamente aceita pelo Juízo e/ou Segurado;
- d) quando não houver mais risco a ser coberto pela Apólice; ou
- e) quando o Juízo autorizar o levantamento da Apólice dos autos do Processo Garantido.

9. ACEITAÇÃO

9.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

9.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.

9.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 9.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 9.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação solicitada.

9.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.

9.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 9.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

9.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

9.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

10.2. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas no Processo Garantido, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10.3. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro, não abarcando, todavia, os privilégios legais e regulamentares inerentes à Fazenda Pública.

10.3.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

10.4. Considera-se como âmbito geográfico todo o território nacional.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0456717**
Proposta: **4911174**
Controle Interno (Código Controle): **981185923**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



10.5. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto no presente documento.

10.6. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

10.7. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico <https://www.gov.br/susep>.

11. FORO

11.1. Fica eleito o foro da Seção ou da Subseção Judiciária da Justiça Federal do local com jurisdição sobre localidade onde foi distribuída a demanda judicial para dirimir questões entre o Segurado e a empresa Seguradora, representada pela Procuradoria-Geral Federal, sendo inaplicável a cláusula compromissória de arbitragem.

12. DEFINIÇÕES

12.1. Em acréscimo as definições constantes das Condições Contratuais, aplicam-se a esta Apólice as seguintes definições:

I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia judicial.

II. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.

III. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.

IV. Indenização: pagamento pela Seguradora ao Segurado dos valores inadimplidos pelo Tomador no âmbito do Processo Garantido, conforme método de aferição disposto nas condições da Apólice.

V. Juízo: entidade administrativa vinculada ao Poder Judiciário, com poderes e competência para interpretar, decidir e executar a lei em conflitos entre cidadãos, entidades e Estado.

VI. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.

VII. Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.

VIII. Prêmio Mínimo: a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.

IX. Processo Garantido: processo judicial no qual o Tomador necessite realizar depósito para garantia do Juízo, para fins da controvérsia submetida ao Poder Judiciário.

X. Pro-rata-die: corresponde a devolução de Prêmio Pro-rata-die, método de cálculo para devolução de Prêmio, com a retenção de valor proporcional aos dias de vigência decorridos e devolução de valores proporcionais, por dia de vigência não decorridos.

XI. Segurado: potencial credor de obrigação pecuniária e/ou o Juízo.

XII. Seguradora: é a Juntos Seguros S/A.

XIII. Seguro garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.

XIV. Tomador: potencial devedor, o qual deve prestar garantia em controvérsia submetida ao Poder Judiciário.

XV. Vigência: as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23h59min das datas para tal fim neles indicadas.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0456717**
Proposta: **4911174**
Controle Interno (Código Controle): **981185923**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



APÓLICE DIGITAL



Doc. 1.1



Seguros | Sistema de consulta de seguros

Apólice | N.º: 054362024000407750456717

* Dados obtidos do SRO

Seguradora:	05436 - JUNTO SEGUROS S.A.	Valor da Garantia:	16.455.588,42
Segurado(s):		Moeda:	BRL - Real brasileiro
1. Nome / Razão social:	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL	Prêmio:	
CNPJ:	02.270.669/0001-29	1. Moeda:	BRL - Real brasileiro
Tomador(es):		Prêmio Emitido (Moeda):	205.807,56
1. Nome / Razão social:	EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	Prêmio Emitido (R\$):	205.807,56
CNPJ:	02.302.100/0001-06	IOF:	0,00
Intermediário(s):		Adicional de fracionamento:	0,00
1. Tipo:	1 - Corretor	Datas:	
Nome / Razão social:	INTER CORRETORA DE SEGUROS LTDA *FILIAL*	Data de Registro:	19/11/2024
Código:	289917	Data de Emissão:	18/11/2024
CNPJ:	06.354.814/0002-91	Data de Início da Vigência:	18/11/2024
		Data de Fim de Vigência:	18/11/2029
Objeto Segurado:			
1. Tipo:	3 - Processo judicial		
Descrição:	Judicial para Execução Fiscal - Itens registrados vinculados a esse documentos: 04-0775-0456717.		
Coberturas:	1. Grupo de Ramo:	07 - Riscos Financeiros	
	Ramo:	75 - Garantia Segurado - Setor Público	
	Cobertura / Modalidade:	9 - Seguro Garantia Judicial para Execu	o Fiscal
	Outras Descrições:	Seguro Garantia Judicial para Execução Fiscal	
	Número do Processo:	15414.636371/2022-53	
	Limite Máximo de Indenização:	16.455.588,42	



Data de referência

26/11/2024

Atualizar

Voltar

Avaliar o Serviço



Doc. 1.2





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE LICENCIAMENTO

Certificamos que **JUNTO SEGUROS S.A.**, CNPJ nº **84.948.157/0001-33**, está autorizada a operar, conforme Portaria SUSEP PORTARIA 1139, publicado(a) no D.O.U. de 03/12/1991.

Certificamos ainda que a entidade **NÃO** é participante do Open Insurance

Certificamos também que a entidade **NÃO** se encontra, nesta data, sob regime especial de Liquidação, Direção Fiscal ou Intervenção.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: **<https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep>**

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de apontamentos, disponibilizada pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CL-78b41575-e012-432d-b194-326c23e27174**

Esta Certidão foi emitida em 26/11/2024, às 15:03, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Emitida em 26/11/2024, às 15:03
JUNTO SEGUROS S.A.
84.948.157/0001-33

Página 1 de 1



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:12
<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241226800002139785080>
Número do documento: 24112617241226800002139785080

Num. 2160277952 - Pág. 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE APONTAMENTOS

Observado o previsto na Circular Susep nº 691/23, certificamos que **JUNTO SEGUROS S.A.**, CNPJ **84.948.157/0001-33**, nesta data e horário, possui a seguinte situação em relação aos apontamentos listados a seguir:

01. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR)

NADA CONSTA

02. Montante de ativos garantidores inferior à necessidade de cobertura das provisões técnicas

NADA CONSTA

03. Ajustes nos reportes contábeis e/ou prudenciais exigidos pela Susep e ainda não realizados, considerando o prazo estabelecido pela Autarquia

NADA CONSTA

04. Plano de Regularização de Solvência (PRS) em andamento.

NADA CONSTA

05. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) em andamento

NADA CONSTA

06. Plano de Regularização de Solvência (PRS) descumprido

NADA CONSTA

07. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) descumprido

NADA CONSTA

08. Não apresentação ou apresentação incompleta do formulário de informações periódicas (FIP/Susep) ou das demonstrações financeiras na forma da legislação aplicável

NADA CONSTA

09. Processo para Reparação de Apontamentos (PRA) descumprido

NADA CONSTA

10. Indisponibilidade de autorização para movimentar livremente a carteira de títulos e valores mobiliários dados em cobertura de provisões técnicas

NADA CONSTA

Emitida em 26/11/2024, às 15:33
JUNTO SEGUROS S.A.
84.948.157/0001-33

Página 1 de 2



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:12
<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241226800002139785080>
Número do documento: 24112617241226800002139785080

Num. 2160277952 - Pág. 3

11. Medida prudencial preventiva e/ou medida cautelar em vigor descumprida

NADA CONSTA

12. Instauração de Fiscalização Especial, decorrente do previsto no art. 89 do Decreto-Lei nº 73/66

NADA CONSTA

13. Instauração de regime de Direção Fiscal ou de Intervenção

NADA CONSTA

14. Não pagamento da taxa de fiscalização

NADA CONSTA

15. Não encaminhamento da documentação referente a assembleias gerais e nomeações de administradores

NADA CONSTA

A existência de eventuais apontamentos não implica perda da autorização ou impedimento ao funcionamento da supervisionada.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep>

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de licenciamentos, disponibilizada pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CA-00871a94-5246-4e91-b02b-f84494cdf125**

Esta Certidão foi emitida em 26/11/2024, às 15:33, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Emitida em 26/11/2024, às 15:33
JUNTO SEGUROS S.A.
- - - - - :57/0001-33

Página 2 de 2



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:12
<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241226800002139785080>
Número do documento: 24112617241226800002139785080

Num. 2160277952 - Pág. 4

Doc. 1.3





DECLARAÇÃO

A Junto Resseguros S.A (razão social em estabelecida à Rua Visconde de Nácar, 1440 - Curitiba, PR, CNPJ nº 09.594.758/0001-70, devidamente autorizada a operar no Brasil, como resseguradora local, conforme Portaria SUSEP nº 2.942 de 23 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 26.05.2008, confirma por esta via que é detentora do resseguro da apólice 04-0775-0456717 emitida pela Junto Seguros S.A. Essa emissão pode ser confirmada no site da SUSEP, indicado abaixo:

<https://www2.susep.gov.br/safe/ menunumercado/regapolices/pesquisa.asp>

O número do documento pedido no site é composto de 24 dígitos e é encontrado na apólice.

Por ser verdade, datamos e assinamos a presente,

São Paulo, 19 de Novembro de 2024.

Atenciosamente,

ICP
Brasil
Assinado digitalmente por:
Eduardo O. Nóbrega

ICP
Brasil
Assinado digitalmente por:
Rodrigo S. Fassoni

Junto Resseguros S.A.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE LICENCIAMENTO

Certificamos que **JUNTO RESSEGUROS S.A.**, CNPJ nº **09.594.758/0001-70**, está autorizada a operar, conforme Portaria SUSEP 2942, publicado(a) no D.O.U. de 23/05/2008.

Certificamos ainda que a entidade **NÃO** é participante do Open Insurance

Certificamos também que a entidade **NÃO** se encontra, nesta data, sob regime especial de Liquidação, Direção Fiscal ou Intervenção.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: **<https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep>**

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de apontamentos, disponibilizada pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CL-65fafa04-9bee-4c0a-adf3-b3c036f1e20a**

Esta Certidão foi emitida em 26/11/2024, às 15:30, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Emitida em 26/11/2024, às 15:30
JUNTO RESSEGUROS S.A.
758/0001-70

Página 1 de 1



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:12
<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241241700002139785109>
Número do documento: 24112617241241700002139785109

Num. 2160277983 - Pág. 3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE APONTAMENTOS

Observado o previsto na Circular Susep nº 691/23, certificamos que **JUNTO RESSEGUROS S.A.**, CNPJ **09.594.758/0001-70**, nesta data e horário, possui a seguinte situação em relação aos apontamentos listados a seguir:

01. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR)

NADA CONSTA

02. Montante de ativos garantidores inferior à necessidade de cobertura das provisões técnicas

NADA CONSTA

03. Ajustes nos reportes contábeis e/ou prudenciais exigidos pela Susep e ainda não realizados, considerando o prazo estabelecido pela Autarquia

NADA CONSTA

04. Plano de Regularização de Solvência (PRS) em andamento.

NADA CONSTA

05. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) em andamento

NADA CONSTA

06. Plano de Regularização de Solvência (PRS) descumprido

NADA CONSTA

07. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) descumprido

NADA CONSTA

08. Não apresentação ou apresentação incompleta do formulário de informações periódicas (FIP/Susep) ou das demonstrações financeiras na forma da legislação aplicável

NADA CONSTA

09. Processo para Reparação de Apontamentos (PRA) descumprido

NADA CONSTA

10. Indisponibilidade de autorização para movimentar livremente a carteira de títulos e valores mobiliários dados em cobertura de provisões técnicas

NADA CONSTA

Emitida em 26/11/2024, às 15:31
JUNTO RESSEGUROS S.A.
09.594.758/0001-70

Página 1 de 2



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:12
<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241241700002139785109>
Número do documento: 24112617241241700002139785109

Num. 2160277983 - Pág. 4

11. Medida prudencial preventiva e/ou medida cautelar em vigor descumprida

NADA CONSTA

12. Instauração de Fiscalização Especial, decorrente do previsto no art. 89 do Decreto-Lei nº 73/66

NADA CONSTA

13. Instauração de regime de Direção Fiscal ou de Intervenção

NADA CONSTA

14. Não pagamento da taxa de fiscalização

NADA CONSTA

15. Não encaminhamento da documentação referente a assembleias gerais e nomeações de administradores

NADA CONSTA

A existência de eventuais apontamentos não implica perda da autorização ou impedimento ao funcionamento da supervisionada.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep>

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de licenciamentos, disponibilizada pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CA-6c374a7b-02d0-4c22-98a9-22a63beaf072**

Esta Certidão foi emitida em 26/11/2024, às 15:31, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Emitida em 26/11/2024, às 15:31
JUNTO RESSEGUROS S.A.
758/0001-70

Página 2 de 2



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:12
<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241241700002139785109>
Número do documento: 24112617241241700002139785109

Num. 2160277983 - Pág. 5

Doc. 02



APÓLICE DIGITAL

junto
SEGUROS



A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (<https://www.gov.br/susep>) ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - CEP 80410-201 - Curitiba - PR

Data de Emissão: **26/11/2024 14:02:01**

Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0457460**

Apólice Referência: **04-0775-0456717**

Proposta: **4917759**

Controle Interno (Código Controle): **670181329**

Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**

DADOS DO SEGURADO: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL

CPF/CNPJ: 02.270.669/0001-29 SETOR DE GRANDES AREAS NORTE QUADRA 603, MODULO J ASA NORTE - CEP: 70.830-030 - BRASILIA - DF

DADOS DO TOMADOR: EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.

CPF/CNPJ: 02.302.100/0001-06 R GOMES DE CARVALHO 1996, AND 9, VL OLIMPIA - CEP: 04.547-006 - SAO PAULO - SP

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.202168-8 **INTER CORRETORA DE SEGUROS LTDA *FILIAL***

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP
Brasil
Assinado digitalmente por:
Roque Jr. de H. Melo

ICP
Brasil
Assinado digitalmente por:
Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 47312402203ECBD2 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 009F1E58A664DE5F543AD0

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep, poderão ser consultadas no site <https://www.gov.br/susep/pt-br> de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site <https://www.gov.br/susep/pt-br>. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.636371/2022-53 e nº 15414.636374/2022-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.8484. Central de Atendimento: 0800.704. 0301, deficiente auditivo 0800.742.6060, Ouvidoria: 0800.643.0301, <http://www.consumidor.gov.br>.

Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:12

<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241255700002139785133>

Número do documento: 24112617241255700002139785133

Num. 2160278007 - Pág. 2



Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0457460**
Proposta: **4917759**
Controle Interno (Código Controle): **670181329**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Ramo
Judicial para Execução Fiscal	R\$ 16.455.588,42	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Limite Máximo de Indenização (LMI)	Vigência	
		Início	Término
Judicial para Execução Fiscal	R\$ 16.455.588,42	18/11/2024	18/11/2029

Demonstrativo de Prêmio:

Adicional de Fracionamento	R\$ 0,00
I.O.F	R\$ 0,00
Prêmio Total	R\$ 0,00

Condições de Pagamento:	Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
<small>Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica. O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.</small>				

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0457460**
Proposta: **4917759**
Controle Interno (Código Controle): **670181329**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Declara-se para os devidos fins e efeitos, que atendendo à solicitação do Segurado, processa-se na apólice a que o presente se refere as seguintes alterações:

1) O Objeto constante na apólice n.º 04-0775-0456717 fica nulo e sem efeito, sendo substituído pelo seguinte:

Esta Apólice de riscos declarados garante o pagamento de valores que o Tomador deixe de realizar nos autos da Ação Anulatória nº 1092747-29.2024.4.01.3400, movida em face da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL), referente à multa que lhe foi imposta por meio do Auto de Infração nº 0019/2024-SFT, no âmbito do Processo Administrativo nº 48500.000647/2024-11.

A presente Apólice assegura o valor total do débito principal atualizado até 30/10/2024, bem como seus encargos e acréscimos legais futuros, incluindo atualizações monetárias e juros legais devidos após essa data, observando o índice legal aplicável aos débitos inscritos em dívida ativa da União.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

Este Endosso faz parte integrante e inseparável da Apólice n.º 04-0775-0456717.

Ratificam-se os demais termos e condições da apólice, não modificados pelo presente endosso.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0457460**
Proposta: **4917759**
Controle Interno (Código Controle): **670181329**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



CONDIÇÕES CONTRATUAIS

EXECUÇÃO FISCAL – PROCURADORIA GERAL FEDERAL DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante Indenização pelos pagamentos de valores que o Tomador necessite realizar no trâmite do processo judicial fiscal indicado no objeto da garantia.

1.2. Uma vez apresentada a Apólice em Juízo, fica garantida a Indenização ao Segurado, limitada ao LMG, correspondente ao montante original do débito executado com os encargos e acréscimos legais, devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa ou qualquer outro índice que legalmente vier a substituí-lo, quando do não pagamento pelo Tomador do valor executado e mediante determinação judicial à Seguradora, nos termos da Lei n.º 6.830/1980 e da Portaria PGF n.º 41/2022.

2. AUSÊNCIA DE DESOBRIGAÇÃO

2.1. Está Apólice não contém cláusula de desobrigação decorrente de atos de responsabilidade exclusiva do Tomador, da Seguradora ou de ambos.

3. VIGÊNCIA E PAGAMENTO DO PRÊMIO

3.1. A Vigência da Apólice corresponde ao prazo estabelecido em seu frontispício, observadas as condições do item “4. Renovação e Alterações da Apólice”.

3.2. A Apólice permanece vigente na hipótese de o Tomador aderir ao parcelamento administrativo dos débitos garantidos, enquanto o parcelamento não for integralmente cumprido.

3.3. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente à Apólice, assim como de todos seus Endossos.

3.3.1. Fica entendido e acordado que a presente Apólice permanecerá vigente, mesmo quando o Tomador não houver pago o Prêmio nas datas convencionadas, renunciando a Seguradora ao disposto no art. 763 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e do art. 12 do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966.

3.4. Não caberá qualquer devolução de Prêmio na hipótese de a Seguradora efetuar o pagamento da Indenização, ou quando do encerramento de sua Vigência.

3.5. Exceto nas hipóteses de extinção da garantia pelo término de Vigência ou pelo pagamento da Indenização, caberá devolução Pro-rata-die do Prêmio pago em caso de cancelamento desta Apólice, de modo que a Seguradora terá o direito de reter ou cobrar do Tomador, pelo menos, a quantia estabelecida a título de Prêmio Mínimo.

3.6. A eventual devolução Pro-rata-die do Prêmio pago, será atualizada mediante aplicação do IPCA, ou índice que lhe venha a substituir, da data de recebimento da solicitação de cancelamento realizada pelo Tomador, devidamente acompanhada de documentação que comprove a inexistência de risco a ser coberto, até a data de desembolso pela Seguradora.

3.6.1. Caso as informações bancárias para a restituição não sejam disponibilizadas pelo responsável ou estejam incorretas, o prazo estipulado nesta cláusula será reiniciado, a contar da data do envio dos dados corretos.

3.7. Quando do cancelamento da Apólice, ou em caso de pagamento de Indenização, a Seguradora poderá realizar a emissão de Endosso de atualização monetária prevista no item 5 para viabilizar a cobrança de Prêmio relativa à atualização monetária aplicável desde o último Endosso até a data de comprovação da extinção do risco, ou pagamento da Indenização.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0457460**
Proposta: **4917759**
Controle Interno (Código Controle): **670181329**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



4. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA E ALTERAÇÕES DA APÓLICE

4.1. Esta Apólice, enquanto garantia do Juízo, permanecerá válida enquanto houver risco a ser coberto e/ou não for substituída por outra garantia devidamente aceita pelo Juízo, independentemente da apresentação pelo Tomador do respectivo Endosso ou nova Apólice, com a prorrogação formal do seu prazo de Vigência.

4.1.1. Para tanto, a Seguradora fica desde já autorizada pelo Tomador a proceder a emissão de nova Apólice ou Endosso(s) para renovação da garantia, até o término do Processo Garantido, tantas vezes quantas forem necessárias.

4.1.2. Sem prejuízo da obrigação constante do item 4.1 e 4.1.1, quando do final do prazo de Vigência da Apólice, a Seguradora poderá solicitar ao Tomador a substituição desta Apólice por outra garantia idônea.

4.2. Não havendo a substituição da Apólice por outra garantia devidamente aceita pelo Juízo, a Seguradora se resguarda o direito, ficando desde já autorizada pelo Tomador, de proceder à:

- I. renovação da garantia, conforme condições comerciais estabelecidas pela Seguradora; ou
- II. liquidação do contrato de seguro, mediante depósito judicial da obrigação garantida, e imediato direito de sub-rogação.

5. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA

5.1. Fica assegurada a atualização automática do Limite Máximo de Garantia pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa, no caso, SELIC ou outro índice que legalmente o vier a substituir, independentemente da apresentação do Endosso no Processo Garantido.

5.2. A Seguradora fica desde já autorizada pelo Tomador a proceder à emissão de Endosso(s) ou nova Apólice, tantas vezes quantas forem necessárias, com a finalidade de formalizar a atualização monetária do LMG observado índice legais aplicáveis aos créditos inscritos em dívida ativa, cabendo ao Tomador o pagamento do Prêmio correspondente, sem que isto afete o direito do Segurado.

6. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO

6.1. Reclamação de Sinistro: a Reclamação de Sinistro restará formalizada quando da intimação judicial da Seguradora para pagamento da dívida executada, nos termos do art. 19, da Lei n.º 6.830/1980.

6.2. Caracterização do Sinistro: o Sinistro restará caracterizado, com o não pagamento pelo Tomador do valor determinado pelo Juízo, quando da ocorrência de um dos fatos abaixo:

- a) com o trânsito em julgado da decisão que reconhecer o débito e com o não pagamento pelo Tomador do valor executado, quando determinado pelo Juízo, nos termos do §7º do art. 9º da Lei n.º 6.830/1980;
- b) com o não cumprimento da obrigação de, até 60 (sessenta) dias antes do fim da vigência da Apólice, renovar o Seguro garantia, depositar o valor da garantia em dinheiro, ou apresentar nova Apólice de Seguro garantia e/ou fiança bancária que atendam aos requisitos da Portaria PGF nº 41/2022.

6.2.1. A Caracterização do Sinistro prevista na alínea (b) deste item será afastada caso a Apólice esteja enquadrada na hipótese de renovação automática descrita no item 4, acima.

7. INDENIZAÇÃO

7.1. Intimada pelo Juízo, a Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento dos valores a que se obrigou na Apólice. Caso assim não o faça, contra ela seguirá a execução nos próprios autos do processo fiscal em curso, nos termos do art. 19, inciso II da Lei n.º 6.830/1980.

7.1.1. A atualização monetária do valor de Indenização será efetuada com base na variação do índice legal aplicável aos créditos inscritos em dívida ativa, apurado entre a data da última atualização da Apólice ou Endosso, e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0457460**
Proposta: **4917759**
Controle Interno (Código Controle): **670181329**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



7.1.2. Para fins de apuração do valor da Indenização, será considerado o valor da determinação judicial, que não tenha sido paga pelo Tomador dentro do prazo determinado pelo Juízo, limitado ao valor do LMG atualizado monetariamente, conforme item 7.1.1. acima.

8. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO

8.1. O contrato de seguro restará extinto, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:

- a) quando houver decisão definitiva transitada em julgado favorável ao Tomador;
- b) com o pagamento da indenização ao Segurado;
- c) com a substituição da Apólice por outra garantia suficiente, idônea e devidamente aceita pelo Juízo e/ou Segurado;
- d) quando não houver mais risco a ser coberto pela Apólice; ou
- e) quando o Juízo autorizar o levantamento da Apólice dos autos do Processo Garantido.

9. ACEITAÇÃO

9.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

9.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.

9.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 9.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 9.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação solicitada.

9.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.

9.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 9.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

9.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

9.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

10.2. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas no Processo Garantido, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10.3. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro, não abarcando, todavia, os privilégios legais e regulamentares inerentes à Fazenda Pública.

10.3.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

10.4. Considera-se como âmbito geográfico todo o território nacional.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0457460**
Proposta: **4917759**
Controle Interno (Código Controle): **670181329**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



10.5. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto no presente documento.

10.6. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

10.7. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico <https://www.gov.br/susep>.

11. FORO

11.1. Fica eleito o foro da Seção ou da Subseção Judiciária da Justiça Federal do local com jurisdição sobre localidade onde foi distribuída a demanda judicial para dirimir questões entre o Segurado e a empresa Seguradora, representada pela Procuradoria-Geral Federal, sendo inaplicável a cláusula compromissória de arbitragem.

12. DEFINIÇÕES

12.1. Em acréscimo as definições constantes das Condições Contratuais, aplicam-se a esta Apólice as seguintes definições:

I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia judicial.

II. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.

III. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.

IV. Indenização: pagamento pela Seguradora ao Segurado dos valores inadimplidos pelo Tomador no âmbito do Processo Garantido, conforme método de aferição disposto nas condições da Apólice.

V. Juízo: entidade administrativa vinculada ao Poder Judiciário, com poderes e competência para interpretar, decidir e executar a lei em conflitos entre cidadãos, entidades e Estado.

VI. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.

VII. Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.

VIII. Prêmio Mínimo: a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.

IX. Processo Garantido: processo judicial no qual o Tomador necessite realizar depósito para garantia do Juízo, para fins da controvérsia submetida ao Poder Judiciário.

X. Pro-rata-die: corresponde a devolução de Prêmio Pro-rata-die, método de cálculo para devolução de Prêmio, com a retenção de valor proporcional aos dias de vigência decorridos e devolução de valores proporcionais, por dia de vigência não decorridos.

XI. Segurado: potencial credor de obrigação pecuniária e/ou o Juízo.

XII. Seguradora: é a Junto Seguros S/A.

XIII. Seguro garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.

XIV. Tomador: potencial devedor, o qual deve prestar garantia em controvérsia submetida ao Poder Judiciário.

XV. Vigência: as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23h59min das datas para tal fim neles indicadas.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: **04-0775-0457460**
Proposta: **4917759**
Controle Interno (Código Controle): **670181329**
Nº de Registro SUSEP: **054362024000407750456717**



APÓLICE DIGITAL




Doc. 03




INSTRUÇÕES:

1. Referente a Multa imposta por Auto de Infração (AI), estabelecido na Lei 9.427/1996 e RN 846/2019. 2. Os boletos não pagos no prazo previsto são corrigidos, a partir de 04/12/2008, conforme a Lei 11.941/2009, que alterou o artigo 37-A da lei 10.522/2002. 3. A segunda via com os valores atualizados está disponível no endereço <https://sistemas.aneel.gov.br/concessionarios> 4. Valor válido para pagamento até 31/10/2024, sendo (J)uros/Correção = R\$ 434.180,45; (M)ulta = R\$ 0,00; (J)+(M) = R\$ 434.180,45; (P)rincipal=R\$ 16.021.418,97; (D)escontos=R\$ 0,00. 5. Sobre o valor principal incide multa de mora de 0% equivalente a 0 dia(s) de atraso, e juros de 2.71%, correspondente a Selic acumulada 07/2024 - 10/2024, e desconto de 25% conforme RN 846/2019. 6. Senhor caixa, favor não aceitar pagamento em cheque. 7. Este boleto refere-se a multa decorrente do Auto de Infração nº 0019/2024/SFT, com vencimento original em 16/07/2024. 8. Não aceitamos pagamento com DOC ou TED. Não nos responsabilizamos por tentativas de pagamentos em desacordo com essa orientação.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.
Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

 BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02940.946003 00007.587173 1 98861645559942		Recibo do Pagador
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço					
EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA SA CPF/CNPJ: 02302100000105					
EDIFICIO RUA WERNER VON SIEMENS 111 -3, SAO PAULO -SP CEP:5069900					
Sacador/Avalista					
Nosso-Número		Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
29409460000007587		29409460000007587	31/10/2024	16.455.599,42	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço					
AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - A CPF/CNPJ: 02.270.669/0001-29					
Q SGAN 603 MODULOS I/J ANEEL , BRASILIA - DF CEP: 70830110					
Agência/Código do Beneficiário				Autenticação Mecânica	
1607-1 / 333010-9					

		001-9		00190.00009 02940.94603 00007.587173 1 98861645559942	
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO				Data de Vencimento 31/10/2024	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - A CPF/CNPJ: 02.270.669/0001-29				Agência/Código do Beneficiário 1607-1 / 333010-9	
Data do Documento 31/10/2024	Nr. Documento 29409460000007587	Espécie DOC DS	Aceite N	Data do Processamento 31/10/2024	Nosso-Número 29409460000007587
Uso do Banco 29409460000007587	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento 16.455.599,42
Informações de Responsabilidade do Beneficiário 1. Referente a Multa imposta por Auto de Infracao (AI), estabelecido na Lei 9.427/1996 e RN 846/2019. 2. Os boletos nao pagos no prazo previsto sao corrigidos, a partir de 04/12/2008, conforme a Lei 11.941/2009, que alterou o artigo 37-A da lei 10.522/2002. 3. A segunda via com os valores atualizados esta disponivel no endereco https://sistemas.aneel.gov.br/concessionarios 4. Valor valido para pagamento ate 31/10/2024, sendo (J)uros/Correcao = R\$ 434.180,45; (M)ulta = R\$ 0,00; (J)+(M) = R\$ 434.180,45; (P)rincipal=R\$ 16.021.418,97; (D)				() Desconto/Abatimento	
				(-) Juros/Multa	
				(-) Valor Cobrado	
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA SA CPF/CNPJ: 02302100000106 EDIFICIO RUA WERNER VON SIEMENS 111 -3, SAO PAULO-SP CEP:5069900					
Sacador/Avalista				Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação	



Doc. 04





VERIFICAÇÃO DE INADIMPLEMENTO PARA COM AS OBRIGAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO

(Resolução Normativa ANEEL 917/2021)

Razão social: **EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: **02.302.100/0001-06**

De acordo com os registros da base de dados do Cadastro de Inadimplência do Setor Elétrico atualizado conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL 917/2021, verifica-se, no presente momento, que a empresa acima identificada encontra-se **INADIMPLENTE** para com o pagamento das obrigações do setor elétrico, conforme relacionado a seguir, razão pela qual é negada a emissão do Certificado de Adimplemento.

Salienta-se que o presente certificado refere-se tão somente às obrigações intrasetoriais relacionadas no artigo 3º da mencionada resolução normativa.

Inadimplência - Autos de infração								
CNPJ Devedor	Credor	Nº Processo	Situação	Nº Auto Infração	Valor (R\$)	Recurso 1º instância	Recurso 2º instância	Recurso Diretoria Aneel
2302100000106	ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica**	48500.000647/2024	Inadimplente	0019/2024 - SFT	16.021.418,97	0,00	0,00	16.021.418,97
2302100000106	ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica**	48500.004490/2022	Inadimplente	0015/2022 - SFE	18.111.881,85	13.437.534,53	0,00	17.916.712,72

Inadimplência - Outras obrigações setoriais - Não há registros

Tal negativa tem respaldo da Resolução Normativa ANEEL nº 917/2021 artigo 8º e parágrafos.

Art. 8º O Certificado de Adimplemento será emitido quando não constarem do Cadastro de Inadimplentes com obrigações intrasetoriais quaisquer débitos em nome do concessionário, permissionário ou autorizado de serviços e instalações de energia elétrica solicitante.

§ 1º Na hipótese de existência de débito, impossibilitando a emissão do Certificado de Adimplemento, será apresentada ao agente setorial a relação dos referidos registros.

§ 2º Na hipótese de existência de débito cuja exigibilidade tenha sido suspensa em virtude de decisão judicial, nos casos em que a ANEEL seja parte, a emissão do Certificado de Adimplemento Positivo com Efeito Negativo ocorrerá após efetivada a intimação pessoal da Procuradoria Federal junto à ANEEL, nos termos da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004.

§ 3º Na hipótese de existência de débito cuja exigibilidade tenha sido suspensa em virtude de decisão judicial, nos casos em que a ANEEL não seja parte, a emissão do Certificado de Adimplemento Positivo com Efeito Negativo fica condicionada a protocolo na ANEEL, pelo agente setorial interessado, de Certidão de Inteiro Teor do respectivo processo judicial, emitida pelo Poder Judiciário, e conterá a relação dos débitos existentes, bem como a indicação do fundamento da suspensão de exigibilidade.



Neste sentido, observamos que a emissão do **CERTIFICADO DE ADIMPLEMENTO** está condicionada à solução da (s) pendência(s) e ao repasse dessa informação, **por parte do credor**, para a ANEEL.

Colocamo-nos à disposição para esclarecer dúvidas ou acrescentar informações necessárias à solução da questão por meio do e-mail inadimplentes.saf@aneel.gov.br.

Atenciosamente,

Superintendência de Administração e Finanças.

Emitida às **11:45:25** do dia **25/11/2024**.



Doc. 05





EDITAL DOS LEILÕES

Nº 3, 4 e 5/2024-ANEEL

**LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
PROVENIENTE DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES, A PARTIR
DE QUAISQUER FONTES, COM INÍCIO DE SUPRIMENTO EM
2025, 2026 e 2027**



Documento assinado digitalmente.

Consulte a autenticidade deste documento em <http://sicnet2.aneel.gov.br/sicnetweb/v.aspx>, informando o código de verificação 5F0C64AA007EACB2



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:13

<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241298800002139785205>

Número do documento: 24112617241298800002139785205



Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

LEILÕES Nº 3, 4 e 5/2024-ANEEL

(LEILÕES A-1, A-2 e A-3 de 2024)

PREÂMBULO	3
1 – DO OBJETO.....	4
2 - DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS	4
3 – DAS CONDIÇÕES DE PROPOSTA	5
4 – DAS ETAPAS DO LEILÃO	7
5 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS	9
6 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	10
7 – DA INSCRIÇÃO NOS LEILÕES	10
8 – DA GARANTIA PARA PARTICIPAR DOS LEILÕES	11
9 – DA PROPONENTE E COMPRADORA APTA A PARTICIPAR DOS LEILÕES	16
10 – SESSÕES DOS LEILÕES (FASE DE LANCES)	16
11 – DA HABILITAÇÃO DA PROPONENTE QUE FOR CLASSIFICADA NA FASE DE LANCES.....	17
12 – DA HOMOGENAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO.....	19
13 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DOS CCEAR	20
14 – DAS PENALIDADES	22
15 - DOS RECURSOS	24
16 – DISPOSIÇÕES GERAIS	25
17 – CRONOGRAMA DOS LEILÕES	26
18 – ANEXOS.....	27
19 – APÊNDICE.....	28





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

PREÂMBULO

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia sob regime especial instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com sede na SGAN, Quadra 603, Módulos I e J, Brasília/DF, torna público que realizará licitações, na modalidade de LEILÃO, denominadas A-1, A-2 e A-3, de 2024, com fundamento nas Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 10.848, de 15 de março de 2004; e nº 14.133, de 1º de abril de 2021; no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e nas diretrizes estabelecidas nas Portarias MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, nº 536, de 2 de dezembro de 2015, e nº 84/GM/MME, de 28 de junho de 2024, e naquelas que porventura venham a alterá-las, e mediante as seguintes especificações:

Data: 6 de dezembro de 2024.

Horário: O horário de realização dos LEILÕES será oportunamente divulgado, no *SITE DA ANEEL*, por meio de COMUNICADO RELEVANTE.

Para facilitar a compreensão deste Edital, os termos grafados em CAIXA ALTA constarão do Apêndice-Glossário.

A utilização das definições constantes do Edital, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos no Apêndice – Glossário.

O Edital dos LEILÕES, seus Anexos, bem como os Adendos e COMUNICADOS RELEVANTES, estarão disponíveis na *Internet*, no *SITE DA ANEEL*.

Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital dos LEILÕES e seus Anexos deverão ser formulados à Comissão Permanente de Leilões (CPL), na forma prevista no Seção 6 deste Edital.

Os esclarecimentos divulgados pela CPL, em forma de Adendos ou de COMUNICADOS RELEVANTES, tornar-se-ão parte integrante deste Edital e estarão disponíveis para conhecimento geral na *Internet* nos sites: https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes_liferay/editais_geracao/edital_geracao.cfm e <http://www.ccee.org.br/> (na seção Mercados >Leilões).

Toda a comunicação, notificação ou intimação, ressalvado o COMUNICADO RELEVANTE e o realizado a partir do SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES, será realizada, prioritariamente, mediante notificação eletrônica transmitida para o respectivo correio eletrônico (e-mail) cadastrado pela interessada/**PROPONENTE/ADJUDICATÁRIA** em sua inscrição no Certame.

A comprovação do recebimento e da efetiva leitura da notificação eletrônica por parte da interessada/**PROPONENTE/ADJUDICATÁRIA**, bem como as respectivas datas e horários de tais eventos, dar-se-á mediante Aviso de Notificação Eletrônica – AN-e, fornecido por Autoridade Certificadora – AC, que deverá ser juntado aos autos do processo administrativo.

A comunicação, notificação ou intimação será considerada realizada na data em que, comprovadamente, a interessada/**PROPONENTE/ADJUDICATÁRIA** efetuar a leitura ou, caso esta não ocorra, após 5 (cinco) dias corridos contados da data do recebimento da notificação.



**Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88**

A utilização da notificação eletrônica não altera nem a duração nem a contagem dos prazos.

A notificação tradicional, mediante o envio de correspondência física com Aviso de Recebimento – AR, será utilizada somente nos seguintes casos:

- a) falha no envio ou na entrega da notificação eletrônica por responsabilidade da ANEEL, ou
- b) notificação eletrônica com tamanho superior a 10 (dez) megabytes.

Nos termos do § 3º do art. 9º e do art. 23 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, os dados pessoais dos representantes legais das sociedades interessadas em participar DOS LEILÕES, exigidos e apresentados no âmbito DOS LEILÕES, serão tratados e utilizados exclusivamente para finalidades relacionadas com os LEILÕES (tais como inscrição, habilitação, homologação, adjudicação) e outras relacionadas às delegações e aos contratos decorrentes (elaboração e fiscalização), independentemente de consentimento do titular, para o cumprimento às obrigações legais ou regulatórias da ANEEL na execução de políticas públicas previstas em leis, regulamentos ou contratos.

Em atenção ao dever de publicidade dos LEILÕES, das delegações e dos contratos decorrentes dos LEILÕES e à proteção ao interesse público e geral preponderante, nos termos do inciso V do § 3º do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, os dados pessoais permanecerão públicos no processo e serão conservados para cumprimento às obrigações legais ou regulatórias da ANEEL e publicados nas delegações e nos contratos decorrentes dos LEILÕES, podendo, pois, serem reproduzidos e apresentados a pedido de qualquer interessado, independente de autorização expressa das partes.

1 – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto dos certames a compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, a partir de quaisquer fontes, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), conforme Portaria MME nº 84/2024, a partir dos seguintes LEILÕES:

- a) LEILÃO A-1, com início de suprimento em 1ª de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2026;
- b) LEILÃO A-2, com início de suprimento em 1ª de janeiro de 2026 e término em 31 de dezembro de 2027; e
- c) LEILÃO A-3, com início de suprimento em 1ª de janeiro de 2027 e término em 31 de dezembro de 2028.

1.1.1. A energia elétrica negociada será objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), na modalidade “quantidade de energia”, por empreendimento de quaisquer fontes, nos termos do detalhamento constante da Seção 13 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DOS CCEAR.

2 - DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS

Página 4 de 30



Documento assinado digitalmente.

Consulte a autenticidade deste documento em <http://sicnet2.aneel.gov.br/sicnetweb/v.aspx>, informando o código de verificação 5F0C64AA007EACB2



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:13

<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241298800002139785205>

Número do documento: 24112617241298800002139785205

Num. 2160278079 - Pág. 5



Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

2.1 Deverá participar dos LEILÕES:

2.1.1 Como **COMPRADORA**, a Distribuidora que declarar necessidade de Compra de Energia Elétrica ao MME, conforme o § 2º do art. 1º e art. 2º da Lei nº 10.848/2004 e nos termos do art. 5º da Portaria MME nº 84/2024.

2.1.1.1 A **COMPRADORA** deverá estar adimplente quanto às obrigações setoriais de que trata a Resolução Normativa ANEEL nº 917, de 23 de fevereiro de 2021.

2.1.1.2 A adimplência setorial será verificada pela ANEEL posteriormente à realização dos LEILÕES, na fase de HABILITAÇÃO.

2.2 Não poderá participar dos LEILÕES, como **PROPONENTE**:

2.2.1 Concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica ou sociedade por ela controlada direta ou indiretamente.

2.2.1.1 A vedação contida no item 2.2.1 não se aplica à empresa enquadrada no art. 4º da Lei nº 12.111/2009, desde que o processo de segregação de suas atividades esteja em andamento.

2.2.2 Empresa que esteja nas seguintes situações ou cuja(s) controladora(s) direta(s) ou indireta(s) esteja(m) nas seguintes situações:

- a) haja solicitado ou esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) esteja sob intervenção;
- c) esteja cumprindo pena de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a ANEEL.

2.3 Poderá participar dos LEILÕES como **PROPONENTE**, desde que seja agente integrante da CCEE e que satisfaça plenamente as disposições do Edital e da legislação em vigor:

2.3.1 O agente titular de concessão ou autorização de empreendimento de quaisquer fontes - que esteja em operação comercial na data de publicação deste Edital - ou o agente detentor de registro ou autorização para gerar, importar ou comercializar ENERGIA ELÉTRICA.

2.4 A **PROPONENTE** deverá observar, no que couber, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, cujo descumprimento ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas na legislação em vigor.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PROPOSTA

3.1 A participação nos LEILÕES implica o conhecimento e a aceitação expressa e incondicional, pela **PROPONENTE e COMPRADORA**, dos termos e condições estabelecidos neste Edital e Anexos, das





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

normas legais e regulamentares que disciplinam a outorga para exploração de empreendimentos de geração, bem como a produção e comercialização de energia elétrica.

- 3.2 A ANEEL poderá revogar quaisquer dos LEILÕES se ficar evidenciado qualquer comportamento prejudicial à efetiva competição.
- 3.3 O custo de realização dos certames será rateado entre as **COMPRADORAS** e as **ADJUDICATÁRIAS**, na proporção dos LOTES efetivamente negociados nos LEILÕES, na forma e nos prazos estabelecidos no item 4.2.9 deste Edital.
- 3.3.1 Caso não haja negociação em algum dos certames, o custo será integralmente arcado pelas **COMPRADORAS** e as **ADJUDICATÁRIAS** do(s) LEILÃO(LEILÕES) em que houver(em) negociação.
- 3.3.2 Caso não haja negociação nos três LEILÕES ou estes sejam cancelados, o valor será arcado inteiramente pelas **COMPRADORAS**, na proporção dos montantes declarados para os LEILÕES, conforme o art. 5º da Portaria MME nº 84/2024.
- 3.3.3 No caso de não haver declaração de necessidade por parte das Concessionárias de Distribuição, a CCEE deverá submeter à ANEEL proposta de ressarcimento de custos comprovadamente incorridos no curso do processo dos LEILÕES, em um ou mais LEILÕES do ACR subsequentes a estes.
- 3.3.4 O custo estimado para realização dos LEILÕES será divulgado no *SITE* DA ANEEL, por meio de COMUNICADO RELEVANTE.
- 3.4 Adicionalmente ao disposto no item 3.3, a **PROPONENTE** deverá ressarcir à CCEE, em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.719, de 18 de junho de 2024, o montante equivalente a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por inscrição realizada, acrescido ao montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por CCEAR a ser celebrado, custo este exclusivo da **ADJUDICATÁRIA**.
- 3.4.1 A cobrança referente ao ressarcimento de que trata o item 3.4 do Edital será feita em até 5 (cinco) dias úteis após as SESSÕES DOS LEILÕES, a ser encaminhada individualmente e com prazo de vencimento de 15 (quinze) dias úteis após a sua emissão pela CCEE.
- 3.4.1.1 Em caso de inadimplência de que trata o item 3.4.1, incidirá sobre o valor devido pela **PROPONENTE/ADJUDICATÁRIA** multa de 2%, cumulada de juros pro rata de 1% ao mês e atualização monetária mensal com base no índice IGP-M positivo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 3.4.2 Para a **ADJUDICATÁRIA**, as cobranças de que trata o item 3.4 do Edital será realizada concomitantemente com a cobrança de que trata o item 3.3 do Edital, na forma e nos prazos estabelecidos no item 4.2.9 deste Edital.
- 3.5 Adicionalmente ao disposto no item 3.3, a **COMPRADORA** deverá ressarcir à CCEE, em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.719, de 18 de junho de 2024, o montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

reais), referente ao custeio do SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES e do Sistema de Gestão de Contratos – SGC.

- 3.5.1 A cobrança referente ao ressarcimento de que trata o item 3.5 do Edital será realizada na proporção dos montantes declarados para os LEILÕES, conforme o art. 5º da Portaria MME nº 84/2024.
- 3.5.2 A cobrança referente ao ressarcimento de que trata o item 3.5 do Edital será realizada concomitantemente com a cobrança de que trata o item 3.3 do Edital, na forma e nos prazos estabelecidos no item 4.2.9 deste Edital.
- 3.6 As REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e o CCEAR estabelecerão, dentre outros, a forma de apuração e informação dos valores necessários para cálculo da(s) receita(s) de comercialização da **ADJUDICATÁRIA**, e disporão que a titularidade da energia gerada é das **COMPRADORAS**, na proporção da ENERGIA CONTRATADA.
- 3.7 A **ADJUDICATÁRIA** deverá obedecer aos PROCEDIMENTOS DE REDE e às demais exigências e orientações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e/ou aos requisitos das concessionárias de distribuição, conforme o caso.
- 3.8 Para a participação nos LEILÕES a **PROPONENTE** deverá assegurar a alocação e a manutenção dos meios necessários e adequados para a conexão e acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO, via *Internet*.
- 3.8.1 Durante as SESSÕES DOS LEILÕES, eventuais deficiências de infraestrutura, que venham a afetar a participação da **PROPONENTE**, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 3.8.2 A configuração mínima recomendada para os equipamentos e infraestrutura de informática está descrita no Anexo IV deste Edital.
- 3.9 O Procedimento de Leilão – PdL, que disciplina o uso do SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES, encontra-se disponível no sítio eletrônico da CCEE, cujo uso implica aceitação expressa, irrevogável, irretratável e incondicional dos seus termos para a participação das **COMPRADORAS** e **PROPONENTES** nos certames.

4 – DAS ETAPAS DO LEILÃO

- 4.1 Nos termos do art. 18-A, da Lei nº 8.987/1995, os LEILÕES serão realizados com inversão da ordem de fases.
- 4.1.1 Os documentos de HABILITAÇÃO da **PROPONENTE** que for classificada na fase de LANCES dos LEILÕES serão analisados após a fase de LANCES, para verificação do atendimento das condições fixadas neste Edital.
- 4.2 Os LEILÕES obedecerão às seguintes etapas:
- 4.2.1 INSCRIÇÃO, *on-line*.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 4.2.2 Entrega da Garantia de Proposta ao AGENTE CUSTODIANTE.
- 4.2.3 Treinamento da Sistemática e Distribuição de Senhas de acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO para **PROPONENTE** participar da Simulação e do respectivo LEILÃO (fase de LANCES).
 - 4.2.3.1 Para sanar eventuais dúvidas sobre os procedimentos descritos no anexo à Portaria MME nº 84/2024, será promovido Treinamento da Sistemática, na data prevista no CRONOGRAMA, disponibilizado em formato *on-line*, observado o COMUNICADO RELEVANTE a ser publicado no *SITE* DA ANEEL.
 - 4.2.3.2 A senha de acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO, a ser utilizada na Simulação e nos LEILÕES, e o respectivo endereço eletrônico serão fornecidos ao Representante Legal via SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES.
 - 4.2.3.3 No caso de ocorrência de fato que inabilite alguma **PROPONENTE** de participar dos LEILÕES, a senha de acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO será automaticamente bloqueada.
- 4.2.4 Simulação dos LEILÕES e validação dos dados de configuração da PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO pela **PROPONENTE** apta a participar da fase de LANCES.
 - 4.2.4.1 Será realizada Simulação dos LEILÕES, com base em dados fictícios, mediante senha de acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO para a **PROPONENTE** apta a participar da fase de LANCES, fornecida conforme item 4.2.3, e confirmação dos dados reais que serão utilizados no LEILÃO.
- 4.2.5 Realização das SESSÕES DOS LEILÕES (Fase de LANCES), conforme o estabelecido na Lei nº 10.848/2004, na Portaria MME nº 84/2024 e neste Edital.
- 4.2.6 Entrega da documentação requerida para a HABILITAÇÃO, no prazo estabelecido no CRONOGRAMA, observado o item 5.2.
- 4.2.7 Análise dos documentos e resultado da HABILITAÇÃO.
- 4.2.8 Aviso de Homologação e Adjudicação dos LEILÕES.
- 4.2.9 Ressarcimento das despesas para a realização do LEILÃO.
 - 4.2.9.1 O ressarcimento das despesas para a realização dos LEILÕES ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do COMUNICADO RELEVANTE, com prazo de vencimento mínimo de 15 (quinze) dias úteis após a sua emissão pela CCEE.
 - 4.2.9.1.1 As cobranças serão encaminhadas individualmente para cada **ADJUDICATÁRIA** e **COMPRADORA** dos LEILÕES.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

4.2.9.1.2 Em caso de inadimplência, incidirá sobre o valor devido pelos participantes multa de 2%, cumulada de juros *pro rata* de 1% ao mês e atualização monetária mensal com base no índice IGP-M positivo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

4.2.10 Assinatura do CCEAR entre **COMPRADORA** e **ADJUDICATÁRIA**.

5 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1 Todos os documentos produzidos pela **PROPONENTE** que for classificada na fase de LANCES nos LEILÕES devem estar:

5.1.1 Datados, em formato nato-digitais, assinados pelo Representante Legal - por meio de certificado digital (e-CPF, padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiro – ICP-Brasil), e com o nome legível e o cargo do signatário - ou cópia digital autenticada por cartório competente ou declarados autênticos por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

5.1.1.1 Considera-se Representante Legal a pessoa habilitada pela **PROPONENTE** para falar em seu nome e/ou assinar a documentação exigida, de acordo com o disposto no seu ato constitutivo, na ata de eleição dos atuais diretores, ou, se assim for permitido, o procurador nomeado por esses diretores, por instrumento público ou particular, desde que com firma reconhecida.

5.1.2 Redigidos em português, grafados ou impressos por meio eletrônico, em papel A4, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas;

5.1.2.1 Todas as páginas deverão ser numeradas, contendo em cada uma delas o total de páginas, segundo a ordem de apresentação descrita na Seção 11 deste Edital.

5.2 Na impossibilidade de envio da documentação assinada com certificação digital, de que trata o item 5.1.1, deverá ser encaminhada cópia digitalizada desses documentos, devendo a **PROPONENTE** entregar a via física impressa – originais ou cópias autenticadas, em envelope lacrado e identificado da seguinte forma:

À COMISSÃO PERMANENTE DE LEILÕES - CPL

LEILÕES Nº 3, 4 e 5/2024 – ANEEL – LEILÃO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA PROVENIENTE DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES

INTERESSADA: *(deverá ser informado o nome da PROPONENTE)*

EMPREENDIMENTO: *(deverá ser informado o nome da usina, se for o caso)*

ASSUNTO: *(deverá ser informado o conteúdo do envelope)*



**Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88**

- 5.2.1 A via física dos Documentos, que trata o item 5.2, deverá ser entregue na data estabelecida no CRONOGRAMA, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE, situada na Avenida Paulista, nº 2.064, 13º andar, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP, pessoalmente ou via correios, hipótese em que será considerada a data do recebimento na CCEE e não a data de postagem.
- 5.3 O documento extraído da Internet, cuja autenticidade puder ser conferida por meio eletrônico, será aceito pela CPL, contanto que esteja em perfeita condição de apresentação.
- 5.4 Não será considerado motivo para inabilitação a ocorrência de simples omissões ou irregularidade material (erros datilográficos, concordância verbal etc.) da documentação, desde que irrelevantes e não prejudiquem o processamento dos LEILÕES ou o entendimento da documentação.

6 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 6.1 O pedido de esclarecimento será formalizado mediante o preenchimento on-line de formulário eletrônico, no link <https://leilao.aneel.gov.br/esclarecimento/>.
- 6.1.1 O formulário para pedido de esclarecimento ficará disponível para preenchimento durante o período constante do CRONOGRAMA.
- 6.1.2 O pedido de esclarecimento não significa a assunção de qualquer compromisso quanto ao Edital.

7 – DA INSCRIÇÃO NOS LEILÕES

- 7.1 A INSCRIÇÃO no LEILÃO dar-se-á mediante acesso, pelo representante legal, ao SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES e preenchimento das informações requeridas por esse sistema, devendo ser realizada durante o período constante do CRONOGRAMA e por agentes integrantes da CCEE.
- 7.1.1 O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES disponibilizará para a interessada uma “Declaração de Conhecimento e Aceitação das Regras do LEILÃO” (cujo texto é apresentado para conhecimento no Anexo III deste Edital) que deverá ser lida e aceita.
- 7.1.2 O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES não efetuará a INSCRIÇÃO e, dessa forma, não armazenará os dados preenchidos, caso a interessada não confirme a aceitação da “Declaração de Conhecimento e Aceitação das Regras do LEILÃO”.
- 7.2 Para a INSCRIÇÃO no respectivo LEILÃO, **exigir-se-á da PROPONENTE**, enquanto Agente da CCEE, a atualização do Ato Constitutivo na Plataforma Cadastral da CCEE, podendo a CCEE requisitar envio de documentos originais e/ou atualização na referida Plataforma.
- 7.2.1 Serão considerados como representante legal, com poderes para atuar em todas as questões relacionadas ao LEILÃO, inclusive assinatura de CONTRATOS, aqueles com documentação comprobatória atualizada na Plataforma Cadastral da CCEE.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 7.2.2 A CCEE e/ou a CPL poderão solicitar esclarecimentos ou documentos complementares à **PROPONENTE** para a INSCRIÇÃO.
- 7.3 A modificação da INSCRIÇÃO após o encerramento do procedimento, para retificação de dados incorretos, somente poderá ser feita até o aporte da Garantia de Proposta.
- 7.4 A **PROPONENTE**, depois de procedida a INSCRIÇÃO, deverá manter seus dados atualizados nos sistemas da CCEE.

8 – DA GARANTIA PARA PARTICIPAR DOS LEILÕES

- 8.1 O aporte de Garantias de Proposta ocorrerá via SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES, devendo ser observado o Manual de Inscrição e Aporte de Garantias a ser publicado no *SITE* DA ANEEL, Seção Adendos.
- 8.1.1 Caso necessário, as vias originais das Garantias de Proposta aportadas nas modalidades constantes do item 8.6 deste Edital deverá ser entregue fisicamente ao AGENTE CUSTODIANTE, em data prevista no CRONOGRAMA.
- 8.1.2 O AGENTE CUSTODIANTE será responsável pela confirmação prévia do aporte *on-line* e posterior validação da garantia, ficando a participação da interessada, na condição de **PROPONENTE**, condicionada à validação de conformidade da Garantia pelo AGENTE CUSTODIANTE.
- 8.1.3 O aporte da Garantia de Proposta deverá ocorrer até a data prevista no CRONOGRAMA.
- 8.2 A interessada, na condição de **PROPONENTE**, deverá aportar Garantia de Proposta equivalente ao produto de R\$ 500,00 (quinhentos Reais) e a INTENÇÃO DE VENDA, em LOTES (1 LOTE DE ENERGIA = 0,1 MW médio), declarada no SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES.
- 8.2.1 O lastro para venda será limitado ao menor valor entre a INTENÇÃO DE VENDA declarada no SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES e o valor da Garantia de Proposta dividido por R\$ 500,00, desprezando-se a parte fracionária.
- 8.2.2 Caso a **PROPONENTE** se inscreva para participar de mais de um LEILÃO, o aporte da Garantia de Proposta nas modalidades Seguro-Garantia e Fiança Bancária deverá ocorrer por LEILÃO e não será aceita na mesma apólice ou fiança a vinculação a dois ou mais certames.
- 8.3 As Garantias de Proposta poderão ser prestadas nas seguintes modalidades:
- a) Caução em dinheiro;
 - b) Seguro-Garantia;
 - c) Fiança Bancária;
 - d) Títulos da Dívida Pública, e





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

e) Título de Capitalização.

8.3.1 Em caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em agência da Caixa Econômica Federal definida pela própria **PROPONENTE**, com base no art. 82 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e no Decreto-lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979, devendo ser encaminhada ao AGENTE CUSTODIANTE a via do beneficiário.

8.3.2 A Fiança Bancária deverá ser emitida por bancos comerciais, de investimento e/ou múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro.

8.3.2.1 Somente será aceita Fiança Bancária emitida por instituição financeira:

8.3.2.1.1 Classificadas entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B”, na escala de rating de longo prazo de duas das agências de classificação de risco Fitch Ratings, Moody’s e Standard & Poors,

8.3.2.1.2 Adimplente com a obrigação de pagar à ANEEL por garantia já executada.

8.3.2.1.3 Que não esteja sob regime de direção fiscal, intervenção ou liquidação extrajudicial.

8.3.2.2 Deverão acompanhar a Fiança Bancária os seguintes documentos comprobatórios da condição de representante(s) legal(is) do Fiador:

- a) Ato Constitutivo;
- b) Ata de Eleição de Diretoria;
- c) Procuração, com firma reconhecida;
- d) Cópia autenticada dos documentos dos representantes (CPF e RG).

8.3.3 No caso de títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

8.3.4 No caso de Seguro-Garantia, este deverá ser acompanhado de:

8.3.4.1 Documentos comprobatórios da condição de representante(s) legal(is) do segurador, emitidos pela SUSEP:

- a) Certidão de Regularidade da Seguradora;
- b) Certidão dos Administradores da Seguradora;
- c) Certidão de Registro de Apólices do Seguro Garantia, se disponível.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 8.3.4.2 No caso de Seguro-Garantia também se aplica o disposto nos subitens 8.3.2.1.2 e 8.3.2.1.3.
- 8.4 No caso de Títulos de Capitalização, estes deverão ser custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total e estar de acordo com a Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022.
- 8.5 As modalidades a serem aportadas eletronicamente, sem a necessidade do encaminhamento da via original, são:
- 8.5.1 Título Público Federal;
- 8.5.2 Seguro-Garantia, desde que a apólice possua certificação digital (e-CPF, ICP-Brasil);
- 8.5.3 Fiança Bancária, desde que possua certificação digital (e-CPF, ICP-Brasil);
- 8.5.4 Caução em dinheiro: deverá ser encaminhada cópia da via do beneficiário do recibo da Conta Caução.
- 8.6 As modalidades a serem aportadas diretamente ao AGENTE CUSTODIANTE, por meio físico, são:
- 8.6.1 Seguro-Garantia, de apólice que não possua certificação digital;
- 8.6.2 Fiança Bancária, desde que não possua certificação digital;
- 8.6.3 Títulos de Capitalização.
- 8.7 A Garantia de Proposta não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo tomador da garantia relativamente à participação nos LEILÕES.
- 8.8 No caso de Seguro-Garantia, a apólice deverá estar de acordo com a Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022, e observar o modelo de Garantia de Proposta constante do Manual de Inscrição e Aporte de Garantias a ser publicado no *SITE* da ANEEL, Seção Adendos, o qual inclui o Clausulado de “Seguro Garantia do Licitante”.
- 8.9 Será emitido COMUNICADO RELEVANTE a ser publicado no *SITE* DA ANEEL especificando as instituições inadimplentes com a obrigação de pagar a ANEEL por garantias já executadas, de que trata o item 8.3.2.1.2.
- 8.10 A Garantia de Proposta deverá ter a ANEEL como segurada e a **PROPONENTE** como tomadora e vigorar até 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista de assinatura do CCEAR, conforme CRONOGRAMA publicado no *SITE* DA ANEEL, devendo ser mantida nas condições definidas neste Edital e ser prorrogável por mais 60 (sessenta) dias.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 8.11 Caso seja postergada ou transcorrida a data inicialmente estimada para a HABILITAÇÃO, a homologação e adjudicação ou a assinatura do CCEAR, a Garantia de Proposta deverá ser renovada com antecedência não inferior a 15 (quinze) dias do seu vencimento.
- 8.12 A **PROPONENTE** que não mantiver a Garantia de Proposta nas condições aqui definidas estará sujeita às penalidades tipificadas na Seção 14 deste Edital, e às demais sanções cominadas na legislação.
- 8.13 A Garantia de Proposta do LEILÃO será devolvida ou liberada nas seguintes condições:
- 8.13.1 a todas as **PROPOSTANTES** no caso de revogação ou anulação do respectivo LEILÃO, em até 5 (cinco) dias úteis após o ato de revogação ou anulação;
- 8.13.2 à **PROPONENTE** que não for classificada na fase de LANCES do respectivo LEILÃO, em até 5 (cinco) dias úteis após a realização dos LEILÕES;
- 8.13.3 à **PROPONENTE**, na proporção da energia dos CCEARs assinados, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura tempestiva dos CCEAR decorrentes do respectivo LEILÃO.
- 8.13.3.1 Não será devolvida garantia do responsável se houver INCONFORMIDADE(S) no CCEAR.
- 8.14 Não haverá devolução de Garantia de Proposta executada por determinação da ANEEL nas hipóteses indicadas no item 8.15.
- 8.15 A Garantia de Proposta será utilizada para cobrir penalidade imposta na fase de licitação, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos dos itens 14.3 e 14.4 deste Edital, mediante execução integral de seu valor, em qualquer modalidade, por determinação expressa da ANEEL, nas hipóteses em que a **PROPONENTE** ou **ADJUDICATÁRIA**, conforme o caso:
- 8.15.1 Deixar de ratificar sua proposta válida;
- 8.15.2 Deixar de apresentar à CCEE ou à ANEEL a documentação constante da Seção 11 - DA HABILITAÇÃO, nos prazos determinados e em conformidade com este Edital;
- 8.15.3 Deixar de apresentar à ANEEL a documentação constante da Seção 12 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO, conforme descrito neste Edital;
- 8.15.4 Desistir de qualquer compromisso assumido em decorrência de sua participação neste LEILÃO;
- 8.15.5 Praticar atos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 8.15.6 Não assinar os CCEAR nas condições estabelecidas neste Edital, conforme minuta constante do ANEXO I.
- 8.16 As hipóteses dos subitens 8.15.1 a 8.15.5 equiparam-se, para todos os efeitos, à recusa da assinatura do CCEAR, referida no item 8.15.6.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 8.17 Na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas no item 8.15, a **PROPONENTE** ou **ADJUDICATÁRIA** será notificada na forma do item 14.5 deste Edital, para fins de exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 8.17.1 Caso a Garantia de Proposta tenha sido aportada na modalidade Seguro-Garantia, cópia da Notificação será encaminhada à Seguradora, para fins de comunicação da Expectativa de Sinistro.
- 8.17.2 Exaurida a esfera administrativa do processo de que trata o item 14.4 deste Edital, e restando caracterizada a inadimplência da **PROPONENTE** ou da **ADJUDICATÁRIA**, para que a integralidade do valor da Garantia de Proposta seja revertido em favor da segurada, mediante desconto da multa aplicada à infratora e por esta não paga no prazo regulamentar, conforme descrito na Seção 14 deste Edital, a ANEEL, diretamente ou por intermédio da CCEE, após sua expressa determinação, oficiará a Seguradora, a título de comunicação de Reclamação de Sinistro, no caso de Seguro-Garantia, ou o Banco/Instituição Financeira, no caso de Caução, Fiança ou Título Público.
- 8.17.2.1 No caso da modalidade Título da Dívida Pública, se na ocasião do eventual resgate o valor do Título for menor do que o valor indicado no item 8.2, a **PROPONENTE** ou **ADJUDICATÁRIA** fica obrigada a pagar a diferença.
- 8.17.2.2 Não ocorrendo o ressarcimento da multa no prazo constante da apólice, no caso de Seguro-Garantia, ou no prazo de 15 (quinze) dias fixado no Ofício de que trata o item 8.17.2, em se tratando de Banco/Instituição Financeira, serão adotadas as providências para registro da respectiva entidade no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL, bem como no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, sem prejuízo da inscrição do crédito correspondente na Dívida Ativa da União.
- 8.18 Em qualquer das hipóteses previstas no item 8.15, além da execução da Garantia aportada, caso o objeto deste LEILÃO já tenha sido adjudicado, a ANEEL poderá revogar a Adjudicação da **ADJUDICATÁRIA**, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de aplicação das penalidades tipificadas na Seção 14 deste Edital e das demais sanções cominadas na legislação.
- 8.19 A CCEE, por delegação da ANEEL estabelecida pelo Despacho nº 4.190, de 21 de outubro de 2014, possui as seguintes competências relativas à garantia de proposta:
- 8.19.1 recebimento, validação e controle do prazo de vigência, incluindo expedição de notificação à tomadora quanto à necessidade de prorrogação;
- 8.19.2 liberação, nas hipóteses estipuladas no item 8.13 do Edital;
- 8.19.3 execução, após expressa determinação da ANEEL, incluindo a expedição de notificação quanto à expectativa e reclamação de sinistro.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 8.20 A receita resultante da execução da Garantia de Proposta será revertida em favor da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para atendimento aos objetivos de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

9 – DA PROPONENTE E COMPRADORA APTA A PARTICIPAR DOS LEILÕES

- 9.1 A **PROponente** que, nos termos deste Edital, realizar sua INSCRIÇÃO e aportar Garantia de Proposta estará apta a participar do respectivo LEILÃO.
- 9.2 A **COMPRADORA** que declarar Necessidade de Compra de Energia Elétrica ao MME, conforme art. 5º da Portaria MME nº 84/2024, estará apta a participar do respectivo LEILÃO.

10 – SESSÕES DOS LEILÕES (FASE DE LANCES)

- 10.1 As SESSÕES DOS LEILÕES serão realizadas em PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO a ser disponibilizada na Rede Mundial de Computadores – Internet e obedecerá a Sistemática constante do Anexo da Portaria MME nº 84/2024.
- 10.2 As SESSÕES DOS LEILÕES acontecerão na mesma data e sequencialmente, sendo a do LEILÃO A-1 a primeira a ocorrer, sucedida pela SESSÃO DO LEILÃO A-2 e, por fim, pela SESSÃO DO LEILÃO A-3.
- 10.3 De acordo com o Anexo da Portaria MME nº 84/2024 (Sistemática), para o resultado final dos LEILÕES será utilizado como critério de classificação o preço de LANCE.
- 10.4 As SESSÕES DOS LEILÕES serão realizadas em duas etapas.
- 10.4.1 Na etapa inicial dos LEILÕES, as **PROponentes** poderão ofertar um único LANCE para o Produto em negociação no respectivo LEILÃO, correspondente a quantidade de LOTES e preço de LANCE para o produto quantidade, tal que o preço de LANCE seja igual ou inferior ao Preço Inicial do Produto, para classificação por ordem crescente de Preço de Lance.
- 10.4.2 Na etapa contínua dos LEILÕES, iniciado após a etapa inicial, as **PROponentes** classificadas na etapa inicial, poderão submeter LANCES para o produto em negociação no respectivo LEILÃO, desde que o preço de LANCE o seja igual ou inferior ao menor valor entre (i) o preço corrente e (ii) o resultado do preço de LANCE relativo ao seu último LANCE válido subtraído do DECREMENTO mínimo, sendo que a cada submissão de LANCE o sistema reiniciará o tempo para inserção de LANCE e classificará os LOTES ofertados por ordem crescente de preço de LANCE, qualificando-os como LOTES atendidos ou LOTES não atendidos, com base na QUANTIDADE DEMANDADA do produto, sendo esta etapa finalizada por decurso do tempo para inserção de LANCE sem qualquer submissão de LANCE por parte das **PROponentes** ou após expirado o tempo final para inserção de LANCE, na hipótese dessa etapa se prolongar além do tempo de duração do respectivo LEILÃO.
- 10.5 Indicam-se, a seguir, os valores, expresso em Reais por megawatt hora (R\$/MWh), correspondentes aos preços iniciais de cada LEILÃO para submissão de LANCE:





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 10.5.1 Preço Inicial do produto por quantidade do LEILÃO A-1: R\$ 200,00/MWh (duzentos Reais por Megawatt-hora);
- 10.5.2 Preço Inicial do produto por quantidade do LEILÃO A-2: R\$ 170,00/MWh (cento e setenta Reais por Megawatt-hora), e
- 10.5.3 Preço Inicial do produto por quantidade do LEILÃO A-3: R\$ 140,00/MWh (cento e quarenta Reais por Megawatt-hora).
- 10.6 O LANCE constitui obrigação de comercialização irrevogável e irretratável por parte das **PROPONENTES**.
- 10.6.1 As **PROPONENTES** poderão ofertar na respectiva SESSÃO DO LEILÃO, no máximo, o menor valor entre a INTENÇÃO DE VENDA declarada no SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES e o resultado da razão entre o valor da garantia de Proposta aportada (R\$) e R\$ 500,00 (quinhentos reais), expressa em LOTES, desprezando-se a parte fracionária.
- 10.7 Finalizado o LEILÃO, será executado o rateio dos LOTES negociados por Produto (conjunto de LOTES), para fins de celebração dos CCEAR entre cada **PROPONENTE** classificada na fase de LANCES (que tenha LOTE atendido ao final da SESSÃO DO LEILÃO) e todas as **COMPRADORAS**, na proporção dos LOTES negociados e das QUANTIDADES DEMANDADAS das **COMPRADORAS**.

11 – DA HABILITAÇÃO DA PROPONENTE QUE FOR CLASSIFICADA NA FASE DE LANCES

- 11.1 A **PROPONENTE** que for classificada na fase de LANCES (que tenha LOTE atendido ao final da SESSÃO DO LEILÃO) do respectivo LEILÃO deverá encaminhar os documentos dispostos nesta Seção no prazo estabelecido no CRONOGRAMA e manter todas as condições de HABILITAÇÃO exigidas neste Edital.
- 11.2 A **PROPONENTE** que for classificada na fase de LANCES do respectivo LEILÃO (que tenha LOTE atendido ao final da SESSÃO DO LEILÃO) deverá comprovar requisitos mínimos de HABILITAÇÃO dispostos nesta Seção, nos termos deste Edital.
- 11.3 A **PROPONENTE** será integralmente responsável pelo controle, apresentação, veracidade e atualização de seus dados e documentos, bem como por sua substituição em caso de alteração de conteúdo ou término de validade.
- 11.4 Condições de recebimento da documentação:
- 11.4.1 Os documentos de HABILITAÇÃO deverão ser encaminhados via SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES e serão considerados recebidos se válidos na data de entrega da documentação.
- 11.4.1.1 Caso não esteja expresso no documento o prazo de validade ou a **PROPONENTE** não apresente cópia da legislação específica sobre o tema, serão aceitos documentos expedidos com data de até 30 (trinta) dias corridos anteriores à data do protocolo da documentação na CCEE;





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 11.4.2 Serão considerados aceitos os documentos devidamente registrados e que vierem com o reconhecimento do órgão competente, ou cópias autenticadas na forma da Lei, observado a Seção 5 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.
- 11.4.3 Quando da entrega dos documentos não haverá análise da documentação, a qual será realizada posteriormente pela CPL, com o apoio da CCEE.
- 11.5 Nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a CPL e/ou a CCEE, visando à adequada avaliação da documentação de HABILITAÇÃO apresentada pela **PROPONENTE**, poderá abrir diligência para o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou ainda para correções de caráter formal, caso em que as exigências de saneamento deverão ser atendidas em prazo a ser estipulado, sob pena de julgamento no estado em que se encontra o processo.
- 11.6 Documentos de Qualificação Jurídica:
- 11.6.1 Certidão de Regularidade, emitida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, nos termos dos PROCEDIMENTOS DE REDE, atestando, no que couber:
- 11.6.1.1 A assinatura e atualidade do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, e das Garantias Financeiras referentes ao CUST;
- 11.6.1.2 A assinatura e atualidade do Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT e das Garantias Financeiras referentes ao CCT; e/ou
- 11.6.1.3 A inexistência de Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST com o ONS.
- 11.6.1.4 A **PROPONENTE** qualificada como agente comercializador de energia elétrica está dispensada da apresentação da certidão de que trata o item 11.6.1.
- 11.7 Documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista:
- 11.7.1 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 11.7.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 11.7.3 Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual/Distrital da sede da **PROPONENTE**, inclusive quanto à Dívida Ativa;
- 11.7.4 Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal da sede da **PROPONENTE**, inclusive quanto à Dívida Ativa,
- 11.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT para comprovação da adimplência perante a Justiça do Trabalho, nos termos do inciso V do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

11.8 Documentos de Qualificação Econômico-Financeira:

11.8.1 Nada consta em Certidão Civil de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e Extrajudicial ou nada consta em Certidão de Insolvência Civil, conforme o caso, emitida pelo Tribunal de Justiça da sede da **PROPONENTE**, no máximo em até 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

11.8.1.1 Nos casos em que a expedição do documento que trata o item 11.8.1 for de competência de Ofício Distribuidor, a certidão deverá estar acompanhada de documento comprobatório que evidencie a listagem completa dos Ofícios de Distribuição responsáveis pelo tema na região da sede da **PROPONENTE**.

11.9 Termo de Ratificação do Lance, conforme o modelo do Anexo II.

11.10 A **PROPONENTE** deverá estar adimplente em relação às obrigações setoriais de que trata a Resolução Normativa ANEEL nº 917, de 23 de fevereiro de 2021.

11.11 A análise da documentação de HABILITAÇÃO será disponibilizada no SITE DA ANEEL, juntamente com a cópia do Despacho publicado no DOU, contendo a relação das **PROPONENTES** habilitadas e inhabilitadas, na data estimada no CRONOGRAMA.

11.11.1 Os documentos de HABILITAÇÃO ficarão à disposição dos interessados, após a publicação da análise da CPL, na forma do item 15.2 deste Edital.

11.11.2 Eventuais recursos em face do resultado de habilitação serão processados na forma da Seção 15 deste Edital.

12 – DA HOMOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

12.1 A homologação do resultado da HABILITAÇÃO, a que se refere o item 11.11, juntamente com a adjudicação do seu objeto à(s) **PROPONENTE(s)** habilitada(s) para o respectivo LEILÃO será publicada no DOU, após deliberação da Diretoria da ANEEL.

12.2 Sem prejuízo do previsto neste Edital e na legislação, constitui hipótese de revogação da adjudicação do objeto do LEILÃO o atraso por mais de 30 (trinta) dias no adimplemento da obrigação de reconstituição dos valores originalmente aportados para a Garantia de Proposta, de que trata o item 8.11.

12.3 No caso de revogação ou anulação da adjudicação do objeto à **ADJUDICATÁRIA**, a ANEEL poderá convocar para apresentar os documentos de HABILITAÇÃO, nos termos da Seção 11 do Edital, mediante a conveniência do interesse público, as demais **PROPONENTES**, sucessivamente e segundo a ordem crescente dos valores de preço de LANCE ofertados no respectivo LEILÃO.

12.3.1 A **PROPONENTE** a ser adjudicada será convocada imediatamente após a revogação ou anulação da Adjudicação da classificada anteriormente.

12.3.2 A assunção da nova **PROPONENTE** deverá ser em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela **PROPONENTE** classificada anteriormente.

Página 19 de 30



Documento assinado digitalmente.

Consulte a autenticidade deste documento em <http://sicnet2.aneel.gov.br/sicnetweb/v.aspx>, informando o código de verificação 5F0C64AA007EACB2



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:13

<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241298800002139785205>

Número do documento: 24112617241298800002139785205



Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 12.3.2.1 Na hipótese de nenhuma das **PROPONENTES** remanescentes aceitar o preço de LANCE ofertado pela **PROPONENTE** classificada anteriormente, a CPL poderá convocar, em local e hora a serem previamente definidos, as **PROPONENTES** remanescentes para apresentação, em SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, de novo preço de LANCE, com vistas a obtenção de menor preço de LANCE.
- 12.3.2.2 Caso haja apresentação na SESSÃO EXTRAORDINÁRIA de um ou mais preço de LANCE(S) menor(es) que o preço de LANCE da proposta classificada em segundo lugar na SESSÃO DO LEILÃO, será convocada para apresentação dos documentos de HABILITAÇÃO a **PROPONENTE** remanescente que oferecer o menor preço de LANCE.
- 12.3.2.3 Caso não haja apresentação na SESSÃO EXTRAORDINÁRIA de pelo menos um preço de LANCE adicional, pelas **PROPONENTES** remanescentes, será convocada para apresentar os documentos de HABILITAÇÃO a **PROPONENTE** mais bem colocada segundo a ordem de classificação da SESSÃO DO LEILÃO.
- 12.3.2.4 Caso a **PROPONENTE** não compareça ou não apresente novo preço de LANCE na SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, será considerado o preço de LANCE apresentada na SESSÃO DO LEILÃO.
- 12.3.2.5 Havendo empate entre novos preços de LANCE apresentados na SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, a convocação para HABILITAÇÃO será definida com base na ordem de classificação de preço de LANCE apresentadas na SESSÃO DO LEILÃO.
- 12.3.3 A nova **PROPONENTE** deverá recolher novamente a Garantia de Proposta, nos prazos e condições estabelecidos pela ANEEL oportunamente.
- 12.3.4 Terminada a chamada e cumpridas todas as exigências necessárias à HABILITAÇÃO, a ANEEL publicará a nova adjudicação.
- 12.4 Na hipótese de inabilitação de **PROPONENTE**, a sucessora será convocada a apresentar documentos de HABILITAÇÃO nos termos da Seção 11 do Edital e, se habilitada, será adjudicada nas condições da sua respectiva proposta, observado o disposto no item 12.3.3.

13 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DOS CCEAR

- 13.1 Os LOTES atendidos ao término dos LEILÕES implicarão obrigação incondicional de celebração de CCEAR a preço de comercialização (produto quantidade), observadas as condições de HABILITAÇÃO estabelecidas neste Edital.
- 13.2 O CCEAR deverá explicitar o prazo de vigência e o início de suprimento, conforme as características de cada Produto.
- 13.3 O CCEAR será celebrado entre a **ADJUDICATÁRIA** e cada uma das **COMPRADORAS**.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 13.3.1 A energia elétrica negociada no produto quantidade nos LEILÕES A-1, A-2 e A-3 será objeto de CCEAR, na modalidade “quantidade de energia”, com início e prazo de suprimento definidos no item 1.1, e seus subitens, conforme o LEILÃO.
- 13.3.2 A **ADJUDICATÁRIA** deverá manter lastro de ENERGIA e de POTÊNCIA durante todo o período de suprimento do CCEAR, sendo integralmente responsável pelo suprimento dos montantes de energia elétrica comercializados no respectivo LEILÃO, bem como da constituição de lastro por meio da GARANTIA FÍSICA de empreendimentos de sua titularidade e/ou de contratos bilaterais de compra de ENERGIA, nos termos do art. 2º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 84/GM/2024, e verificado o disposto nas Portarias MME nº 303/2004, e nº 258/2008.
- 13.3.3 Os CCEAR resultantes dos LEILÕES deverão ser registrados, sazonalizados e modulados na CCEE segundo as condições previstas em REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.
- 13.3.3.1 Excepcionalmente, para o primeiro ano de suprimento do contrato oriundo do LEILÃO A-1 a sazonalização será realizada pela CCEE utilizando o perfil do Simples das distribuidoras.
- 13.3.4 O registro, a sazonalização e a modulação dos CCEARs, realizados no sistema de contabilização e liquidação da CCEE, prescindem da conclusão do processo de assinatura do CCEAR.
- 13.4 Em data estimada no CRONOGRAMA, deverá ser celebrado o CCEAR, com o respectivo Contrato de Constituição de Garantia Via Vinculação de Receitas (CCG), disponibilizado pela CCEE, para garantir o cumprimento das obrigações financeiras previstas nos CCEAR.
- 13.4.1 O CCG é o contrato firmado entre cada uma das **COMPRADORAS** e a **ADJUDICATÁRIA** e uma ou mais instituições financeiras, sendo uma delas o Banco Gestor das Garantias vinculadas ao CCG.
- 13.4.2 O CCG deverá ser assinado pelos representantes legais.
- 13.4.3 O CCG estabelece Garantias e mecanismos de acionamento, visando ao fiel cumprimento dos pagamentos avançados no CCEAR. O CCG regerá, principalmente, a forma pela qual poderão ser executadas as Garantias vinculadas ao CCG em caso de inadimplemento por parte da **COMPRADORA**.
- 13.4.4 Os dados para elaboração do CCG deverão ser encaminhados pelas **COMPRADORAS** e **ADJUDICATÁRIAS** para a CCEE, conforme prazo estipulado em Comunicado da CCEE.
- 13.4.5 O aporte das Garantias vinculadas ao CCG será feito até 30 (trinta) dias antes do início do suprimento de energia.
- 13.4.6 As garantias financeiras associadas ao CCEAR deverão ser constituídas pelos Representantes Legais das partes.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 13.4.7 Fica autorizado o oferecimento de garantia formada por recebíveis a ser prestada nos CCEAR decorrentes do LEILÃO de energia elétrica.
- 13.4.8 A não celebração, pelas partes, do CCEAR e do CCG nos prazos previstos no CRONOGRAMA, publicado e atualizado no SITE DA ANEEL, sujeitará o infrator às penalidades previstas na Seção 14 deste Edital.
- 13.5 No momento da celebração dos CCEAR, deverão ser comprovadas as seguintes condições inerentes à validade desses contratos e dos CCG:
- 13.5.1 Estarem devidamente assinados pelas partes;
- 13.5.2 Apresentação das comprovações de poderes dos signatários, de exclusiva responsabilidade do agente conforme estabelecido no Procedimento de Comercialização 3.2.
- 13.5.3 Os dados bancários nos CCG.
- 13.6 A formalização dos CCEAR e das garantias financeiras para cumprimento das obrigações financeiras neles previstas constituem obrigações incondicionais existentes entre a **ADJUDICATÁRIA** e cada uma das **COMPRADORAS**, devendo os contratos serem firmados nos termos do PdC 3.2.
- 13.6.1 O ressarcimento dos custos relativos à operacionalização da assinatura dos CCEAR dar-se-á após anuência da ANEEL, nas seguintes condições:
- 13.6.1.1 O ressarcimento das despesas decorrentes das atividades desenvolvidas pela CCEE deverá ser realizado por meio de pagamento de cobrança a ser enviada pela CCEE;
- 13.6.1.2 Em caso de inadimplência, incidirá sobre o valor devido pela participante multa de 2%, cumulada com juros *pro rata* de 1% ao mês e atualização pelo IGP-M positivo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 13.7 Os LOTES DE ENERGIA comercializados serão rateados entre as **COMPRADORAS**, na proporção da QUANTIDADE DEMANDADA, negociados em MW médio, e constarão de cada CCEAR.
- 13.8 As minutas dos CCEAR e seus anexos, constantes do Anexo I, são parte integrante e indissociável deste Edital.

14 – DAS PENALIDADES

- 14.1 Pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição ou obrigação estabelecida neste Edital, as **PROponentes** ou as **ADJUDICATÁRIAS** estarão sujeitas às penalidades tipificadas nesta Seção, mediante processo administrativo específico em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 14.2 Durante a Fase de Licitação, que se inicia com a publicação do Edital e se encerra com a assinatura do CCEAR, aplicam-se às **PROPONENTES** ou as **ADJUDICATÁRIAS** as penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Impedimento de licitar e contratar, nos termos do § 4º do art. 156 mencionado no Caput ; e
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, nos termos do § 5º do art. 156 mencionado no Caput.
- 14.3 No período de que trata o item 14.2 e em qualquer das hipóteses do item 8.15 deste Edital, a pena de multa editalícia ou contratual será no valor correspondente ao produto entre R\$ 500,00 (quinhentos Reais) e a INTENÇÃO DE VENDA, em LOTES, declarada no SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES, no caso das **PROPONENTES** ou **ADJUDICATÁRIA**.
- 14.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Proposta prestada pelo Tomador, de mesmo valor, caso não seja paga por este no prazo regulamentar.
- 14.4.1 Após o desconto da Garantia de Proposta, proceder-se-á a quitação da multa imposta à **PROPONENTE** ou **ADJUDICATÁRIA**.
- 14.5 Na ocorrência de qualquer das hipóteses do item 8.15 deste Edital, a **PROPONENTE** ou **ADJUDICATÁRIA** será notificada para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta Seção.
- 14.5.1 A notificação dar-se-á no âmbito de processo específico, pessoalmente e por escrito, admitindo-se a notificação eletrônica de pessoas jurídicas integrantes do cadastro institucional da ANEEL, assegurado à **PROPONENTE** ou **ADJUDICATÁRIA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 14.6 As sanções de advertência, e de suspensão temporária de participação em licitação e de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, previstas nos incisos I, III e IV do item 14.2, respectivamente, poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, referida no inciso II do mesmo dispositivo editalício.
- 14.7 O descumprimento de qualquer condição antecedente e necessária à assinatura do CCEAR, configurará recusa da **PROPONENTE** ou **ADJUDICATÁRIA** em assinar o CCEAR, restando caracterizado o total descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades tipificadas no item 14.2, sem prejuízo das demais sanções cominadas na legislação.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 14.8 As penalidades previstas nos incisos III e IV do item 14.2 deste Edital alcançam, também, o acionista controlador da **PROPONENTE** ou **ADJUDICATÁRIA**.
- 14.9 Aplicam-se às penalidades decorrentes do não atendimento às disposições deste Edital, os critérios parametrizados nos arts. 38 a 40 da Resolução Normativa nº 846, 11 de junho de 2019, relativos ao prazo para pagamento de multa e eventual desconto para pagamento no prazo estipulado, com renúncia a recurso.
- 14.9.1 O prazo para interposição de recurso será de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da intimação da penalidade.
- 14.9.2 O recurso terá efeito suspensivo na parte em que impugnar a decisão.
- 14.9.3 O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará à Diretoria da ANEEL, que poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.
- 14.9.4 Se da aplicação do disposto no item 14.9.3 puder decorrer gravame à situação da Recorrente, esta deverá ser cientificada para que formule suas alegações no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da intimação.
- 14.9.5 Na tramitação do recurso serão observados os procedimentos estabelecidos na Norma de Organização da ANEEL que dispõe sobre o processo decisório da Agência.

15 - DOS RECURSOS

- 15.1 Dos atos da CPL caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da respectiva publicação.
- 15.1.1 No caso de interposição de recurso em face do Despacho de HABILITAÇÃO das **PROPONENTES**, a apreciação do recurso será publicada no SITE DA ANEEL.
- 15.2 Uma vez publicado o ato da CPL, os autos do processo estarão disponíveis para acesso remoto (*on line*), via consulta ao SITE DA ANEEL, seguindo o caminho SERVIÇOS – CONSULTA PROCESSUAL, ou diretamente no endereço https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/processo-eletronico/consulta-processual.
- 15.3 A CPL, via o SITE DA ANEEL, dará publicidade aos recursos interpostos para os demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da divulgação.
- 15.4 Os recursos deverão ser dirigidos à CPL, apresentados por escrito e instruídos com os documentos que comprovem as razões alegadas, protocolados tempestivamente no endereço SGAN 603, Módulo J, 1º Andar, Sala 103, Asa Norte – Brasília/DF – CEP: 70.830-110, ou SITE DA ANEEL, no caminho CANAIS DE ATENDIMENTO > PROCESSO ELETRÔNICO > PROTOCOLO DIGITAL, ou diretamente no link https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/processo-eletronico/protocolo-digital.
- 15.5 Não serão conhecidos pela CPL os recursos interpostos após os prazos estabelecidos neste Edital.

Página 24 de 30



Documento assinado digitalmente.

Consulte a autenticidade deste documento em <http://sicnet2.aneel.gov.br/sicnetweb/v.aspx>, informando o código de verificação 5F0C64AA007EACB2



Assinado eletronicamente por: MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - 26/11/2024 17:24:13

<https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24112617241298800002139785205>

Número do documento: 24112617241298800002139785205

Num. 2160278079 - Pág. 25



Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 15.6 Os recursos e as contrarrazões que forem protocolados por meio eletrônico deverão observar às regras vigentes e às orientações disponíveis no SITE DA ANEEL, sob pena de não serem conhecidos pela CPL.
- 15.7 Após análise dos recursos e das contrarrazões, a CPL manifestar-se-á, em juízo de reconsideração, sobre as questões suscitadas nos recursos, mediante decisão a ser disponibilizada no SITE DA ANEEL e publicada no DOU, em caso de revisão total da decisão recorrida.
- 15.8 A Diretoria da ANEEL julgará, em última instância administrativa, os recursos contra os atos da CPL, quando esta mantiver, total ou parcialmente, a decisão recorrida, publicando as correspondentes decisões no DOU e as disponibilizando no SITE DA ANEEL.

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 A ANEEL poderá, por decisão de seu Diretor-Geral e conforme deliberação da Diretoria:
- 16.1.1 Revogar os LEILÕES, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, sem que disso resulte, para qualquer interessado, direito a ressarcimento ou indenização;
- 16.1.2 Revogar os LEILÕES, se ficar evidenciado qualquer comportamento prejudicial à efetiva competição;
- 16.1.3 Alterar as condições de participação ou de contratação, promovendo a republicação deste Edital;
- 16.1.4 Desclassificar **PROPONENTE**, se tomar conhecimento de qualquer fato que implique a perda do atendimento, por parte desta, das exigências de HABILITAÇÃO.
- 16.2 Sem prejuízo do previsto neste Edital e na legislação pertinente, constituem hipótese de resolução do CCEAR o atraso por mais de 30 (trinta) dias no adimplemento da obrigação de reconstituição dos valores originalmente aportados para as Garantias de Proposta.
- 16.3 Os LEILÕES serão anulados se comprovada qualquer ilegalidade, conforme disposto no art. 71, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.4 Os atos do processo licitatório que apresentem defeitos sanáveis e não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros poderão ser convalidados.
- 16.5 Visando à adequada avaliação de todas as etapas do LEILÃO, além daquela referida no item 11.5 deste Edital, a ANEEL poderá, a qualquer momento, abrir diligência para apuração dos fatos irregulares e respectivo saneamento, em prazo a ser por esta estipulado.
- 16.6 Os interessados nos LEILÕES deverão observar as datas constantes do CRONOGRAMA, que está subordinado à realização e ao sucesso das diversas etapas dos processos licitatórios.
- 16.6.1 O CRONOGRAMA dos LEILÕES poderá ser alterado mediante COMUNICADO RELEVANTE a ser publicado no SITE DA ANEEL





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

- 16.7 A prática de quaisquer atos aqui previstos não resultará, a qualquer tempo e sob qualquer condição, no direito a ressarcimento ou indenização, por parte da **COMPRADORA, PROPONENTE** e/ou terceiros.
- 16.8 É de responsabilidade da **COMPRADORA** e **PROponente** tomar ciência de toda e qualquer informação adicional relativa ao processo de LEILÃO que vier a ser divulgada pela ANEEL.
- 16.9 A participação da **PROponente** no processo de LEILÃO implica aceitação, incondicional, irrevogável e irretratável de seus termos, regras e condições, assim como dos demais documentos que venham a ser divulgados e/ou publicados em função do Edital.

17 – CRONOGRAMA DOS LEILÕES

EVENTO	DATA
Publicação do Edital	24/10/2024
Data-limite para envio dos pedidos de esclarecimentos	07/11/2024
Data-limite para publicação dos esclarecimentos	19/11/2024
Data-limite para publicação das instituições inadimplentes com a obrigação de pagar a ANEEL por garantias já executadas, que trata o item 8.9 do Edital	24/10/2024
Prazo limite para inscrição	Das 8h do dia 21/11/2024 até às 16h do dia 22/11/2024
Data-limite para aporte das Garantias de Proposta	Das 8h do dia 21/11/2024 até às 16h do dia 25/11/2024
Distribuição de senhas de acesso ao sistema	
Treinamento da sistemática dos Leilões	25/11/2024
Prazo para solicitação de impugnação do Edital	3/12/2024
Simulação dos Leilões	3/12/2024
SESSÕES DOS LEILÕES, via Internet	6/12/2024
Entrega na CCEE dos documentos de habilitação, por meio do Sistema de Gerenciamento de Leilões	13/12/2024
Devolução das garantias de proposta da Proponente que não for classificada na fase de LANCES dos Leilões	13/12/2024
Publicação do Resultado do julgamento de habilitação	14/01/2025
Publicação do aviso de homologação do resultado e adjudicação do objeto dos Leilões	31/01/2025
Data estimada para assinatura do CCEAR	Até 25 dias úteis após a Adjudicação
Devolução das Garantias de Proposta	5 dias úteis após a assinatura dos CCEARs





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

18 – ANEXOS

18.1 Constituem Anexos, e parte integrante, deste Edital, os seguintes documentos:

- Anexo I - Minuta de CCEAR por Quantidade e seus Anexos;
- Anexo II - Termo de Ratificação do Lance;
- Anexo III - Declaração de Conhecimento e Aceitação das Regras dos LEILÕES;
- Anexo IV - Configuração Mínima para os Equipamentos e Condições de Infraestrutura.

Brasília, 22 de outubro de 2024.

IVO SECHI NAZARENO

Presidente da Comissão Permanente de Leilões

De acordo,

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

Diretor-Geral





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

19 – APÊNDICE

Aplicam-se a este Edital as definições que seguem:

ACR - Ambiente de Contratação Regulada, conforme definido no Decreto nº 5.163, 30 de julho de 2004.

ADJUDICATÁRIA – PROPONENTE habilitada e a quem foi adjudicado o objeto do LEILÃO, conforme disposto na seção 12 do Edital.

AGENTE CUSTODIANTE - instituição responsável pelo recebimento, custódia e eventual execução de Garantias.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, autarquia sob regime especial instituída pela Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.848, 15 de março de 2004, responsável pela regulação, controle e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica.

CCEAR - contrato bilateral, denominado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, celebrado entre a ADJUDICATÁRIA e cada uma das COMPRADORAS, conforme definido na Lei nº. 10.848, 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163, 30 de julho de 2004.

CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob Autorização do PODER CONCEDENTE e regulação e fiscalização pela ANEEL, segundo CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritas ao SIN, cuja criação foi autorizada nos termos da Lei nº 10.848, 15 de março de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

CCG – Contrato de Constituição de Garantia Via Vinculação de Receitas – contrato firmado entre a ADJUDICATÁRIA, a COMPRADORA e a instituição financeira (Banco Gestor), que estabelece a forma de cumprimento das obrigações relativas ao pagamento previsto no CCEAR, constituindo o Anexo I ao CCEAR.

COMPRADORA - agente distribuidor de energia elétrica participante dos LEILÕES.

COMUNICADO RELEVANTE – informação relativa aos LEILÕES que, após sua publicação no SITE DA ANEEL, passa a integrar o Edital.

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO - instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848/2004, do Decreto nº 5.163/2004, e do Decreto nº 5.177/2004.

CPL - Comissão Permanente de Leilões da ANEEL, constituída pela Portaria ANEEL nº 357, de 25 de setembro de 2023.

CRONOGRAMA – cronograma atualizado e disponibilizado na seção 17 do Edital, apresentando as datas de realização das etapas dos LEILÕES.

DECREMENTO - valor em reais por megawatt-hora (R\$/MWh), que subtraído do preço corrente em uma determinada rodada, representará o preço de lance para a rodada subsequente.

ENERGIA ou ENERGIA ELÉTRICA - quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos.

ENERGIA CONTRATADA - montante, em MWh, adquirido pela COMPRADORA e colocado à disposição no centro de gravidade do(s) submercado(s) da ADJUDICATÁRIA.



**Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88**

GARANTIA FÍSICA - definida pelo MME, corresponde às quantidades máximas de energia e potência de um empreendimento que poderão ser utilizadas para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

HABILITAÇÃO – fase do processo licitatório a qual deve ser apresentada à CPL pelas PROPONENTES classificadas na fase de LANCES dos LEILÕES documentação relacionada no Edital visando comprovar sua qualificação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

INCONFORMIDADE - toda informação incorreta ou inválida ou ainda ausência de qualificações ou documentos exigidos para a eficácia de instrumentos jurídicos.

INTENÇÃO DE VENDA – montante (em LOTES) declarado pela PROPONENTE no SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES ao realizar sua inscrição, que designa a quantidade máxima de LOTES que a PROPONENTE almeja ofertar no respectivo LEILÃO.

INSCRIÇÃO – ação a ser desempenhada pelas PROPONENTES, previamente à fase de LANCES, que visa registrar interesse em participar do LEILÃO.

LANCE - ato praticado pela PROPONENTE conforme definido na Sistemática aprovada em Portaria específica do MME.

LEILÃO - processo licitatório para compra de energia elétrica, regido por este Edital e seus Anexos.

LOTE DE ENERGIA ou **LOTE** - montante de energia elétrica igual a 0,1 MW médio, que representa a menor parcela de um Produto.

MME - Ministério de Minas e Energia - órgão da administração pública federal, criado pela Lei nº 4.782, de 22 de julho de 1960, extinto pela Lei nº 8.028/1990, voltando a ser criado pela Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, responsável pelos seguintes assuntos: geologia, recursos minerais e energéticos; regime hidrológico e fonte de energia hidráulica; mineração e metalurgia; e, indústria do petróleo e de energia elétrica, inclusive nuclear e que, nos processos licitatórios, é o responsável pela emissão das outorgas de Autorização e assinatura dos Contratos de Concessão, conforme arts. 62 e 63 do Decreto nº 5.163, 30 de julho de 2004.

ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída mediante Autorização do PODER CONCEDENTE, fiscalizada e regulada pela ANEEL, conforme a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, modificada pela Lei nº 10.848, 15 de março de 2004, sendo responsável pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica no SIN.

PODER CONCEDENTE - a União, nos termos do art. 20, inciso VIII, art. 21, inciso XII, alínea “b”, e art. 176, da Constituição Federal.

PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO - sistema eletrônico utilizado para a realização do LEILÃO, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação e disponibilizado pela Rede Mundial de Computadores.

PROCEDIMENTOS DE REDE - documento elaborado pelo ONS com a participação dos agentes que, aprovado pela ANEEL, estabelece os procedimentos e os requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, bem como as responsabilidades do ONS e dos agentes.

PROPONENTE – Empresa que realizar a inscrição no Leilão e aportar Garantia de Proposta nos termos do Edital.





Edital dos Leilões nº 3, 4 e 5/2024 - Processo nº 48500.002174/2024-88

QUANTIDADE DEMANDADA - montante de energia elétrica que se pretende adquirir para cada COMPRADORA, expresso em megawatt-médio, com três casas decimais, definido pelo MME.

REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO - conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE.

SESSÃO DO LEILÃO - Reunião convocada pela ANEEL em data fixada no Edital para o recebimento de LANCE visando definir a PROPONENTE que, ao final desse procedimento, possua lote atendido à preço de lance.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - Reunião extraordinária convocada pela ANEEL em caso de revogação ou anulação da adjudicação do objeto à ADJUDICATÁRIA, a ser realizada em data e horário previamente definidos, para recebimento de proposta adicional visando à obtenção de menor preço de LANCE.

SIN - Sistema Interligado Nacional - conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES – sistema eletrônico desenvolvido e mantido pela CCEE, conforme autorização conferida pelo Despacho ANEEL nº 2.038, de 11/07/2017, utilizado como suporte no gerenciamento do certame.

SITE DA ANEEL - Endereço eletrônico da ANEEL, na Rede Mundial de Computadores, onde ficam disponíveis informações sobre os LEILÕES:
https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes_liferay/editais_geracao/edital_geracao.cfm.

